



LETÍCIA BONATO MACEDO

**O AGENDAMENTO DA SUPERLOTAÇÃO DO PRESÍDIO CENTRAL:
Uma análise de conteúdo no jornal Zero Hora e no site da assessoria de
imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul**

Porto Alegre
2015

LETÍCIA BONATO MACEDO

**O AGENDAMENTO DA SUPERLOTAÇÃO DO PRESÍDIO CENTRAL:
Uma análise de conteúdo no jornal Zero Hora e no site da assessoria de
imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Comunicação Social do Centro Universitário Ritter dos Reis como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Ms. Roberto Villar Belmonte

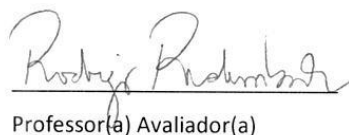
PORTO ALEGRE
2015

**ATA DE BANCA DE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

Aos 8 DIAS do mês de DEZEMBRO de 2015, o(a) aluno(a) LETÍCIA BONATO MACEDO, realizou defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado O AGENDAMENTO DA SUPERLOTAÇÃO DO PRESÍDIO CENTRAL: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO NO JORNAL ZERO HORA E NO SITE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA DO GOVERNO DO ESTADO DO RS, obtendo grau 10 e cumprindo requisito parcial para conclusão do Curso de Jornalismo, do Centro Universitário Ritter dos Reis – UniRitter.

Assinaturas dos membros da Banca Examinadora:


Professor(a) Avaliador(a)


Professor(a) Avaliador(a)


Professor(a) Orientador(a)

Assinatura do(a) aluno(a):


Acadêmico(a)

AGRADECIMENTOS

Aos meus professores Leandro Olegário e Rodrigo Rodembusch que tornaram possível a experiência de conhecer parte do que é o Presídio Central de Porto Alegre. Com vocês, pude enxergar com meus próprios olhos esse lugar que parece ter sido esquecido pela sociedade diante das condições desumanas que apresenta. Eu seria outra pessoa, alguém menos consciente do meu lugar no mundo, sem essa oportunidade.

Ao meu professor e orientador, Roberto Villar Belmonte, que, com dedicação e paciência, me ajudou neste processo de aprendizagem e descobrimento sobre as minhas habilidades como pesquisadora. Obrigada por acreditar neste trabalho e em mim. És uma inspiração para a jornalista que pretendo ser.

À minha mãe, Lígia, e à minha avó, Beatriz, por terem me acompanhado por esses quatro anos com muito amor, carinho e uma fé imensurável. Só vocês sabem o quanto batalhamos por tudo isso. Sou eternamente grata por ser filha e neta das duas pessoas que mais admiro neste mundo.

A toda minha família, amigos e colegas que me apoiaram nesta trajetória e que estarão comigo para as que ainda virão.

“Muito tempo atrás, Paul Lazarsfeld descreveu a comunicação de massa como uma sala de aula informal onde os estudantes continuamente entram e saem, algo muito parecido ao que fazem alguns estudantes nas salas de aulas formais, nas quais nem sempre prestam atenção plena mesmo quando estão fisicamente presentes. Mas as pessoas aprendem dos *mass media*. Elas aprendem um montão de fatos, muitos dos quais elas incorporam em suas imagens e atitudes sobre uma variedade de objetos. Elas também aprendem sobre os mais importantes temas do momento, incorporando a agenda dos *mass media* em suas próprias agendas dos tópicos centrais do que a sociedade enfrenta”

(MCCOMBS, 2009)

RESUMO

Esta pesquisa analisa como o agendamento do tema da superlotação do Presídio Central de Porto Alegre aparece nas notícias e reportagens do jornal Zero Hora e nos releases do site do Governo do Estado do Rio Grande do Sul durante o ano de 2014. A partir da análise de conteúdo e da Teoria da Agenda, 15 textos foram analisados e categorizados como solução, em abordagens propositivas, e problema, apontamentos de crítica ou ênfase à situação de superlotação. O estudo aponta correlações de agendas datadas em curtíssimo prazo, na sua maioria, entre a assessoria e o jornal, com maior abordagem das soluções apontadas para a situação do presídio. A pesquisa constata que houve mais agendamento de tema do que de atributos e também que o tema passou a ser abordado após o agendamento do jornal Zero Hora pela agenda da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, que se originou em uma demanda do Fórum da Questão Penitenciária um ano antes desta análise ser realizada.

Palavras-chave: Jornalismo. Assessoria de Imprensa. Comunicação Pública. Teoria da Agenda. Presídio Central de Porto Alegre.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Releases do site do governo na categoria problema.....	49
Quadro 2 - Notícias e reportagens de Zero Hora na categoria problema.....	49
Quadro 3 - Releases do site do governo do estado na categoria solução.....	50
Quadro 4 - Notícias e reportagens de Zero Hora na categoria solução.....	51
Quadro 5 – Correlações selecionadas para a amostra.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS

CIDH/OEA - Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos a situação do Central

OAB/RS - Ordem dos Advogados do Brasil

PCPA - Presídio Central de Porto Alegre

Secom - Secretaria de Comunicação

Susepe - Superintendência dos Serviços Penitenciários

ZH - Zero Hora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 JORNALISMO	13
2.1 NOTÍCIA E REPORTAGEM.....	15
2.2 O JORNAL ZERO HORA.....	18
3 ASSESSORIA DE IMPRENSA	20
3.1 RELEASE.....	22
3.2 ASSESSORIA DE IMPRENSA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	23
4 COMUNICAÇÃO PÚBLICA	26
4.1 INTERESSE PÚBLICO E ESPAÇO PÚBLICO.....	28
4.2 OPINIÃO PÚBLICA.....	29
5 TEORIA DA AGENDA	32
6 PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE	36
6.1 DENÚNCIA NA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS.....	38
6.2 PROPOSTAS PARA ACABAR COM A SUPERLOTAÇÃO A PARTIR DA GESTÃO TARSO GENRO.....	42
7 METODOLOGIA	45
8 ANÁLISE DE RESULTADOS	53
8.1 CORRELAÇÃO Nº 1.....	53
8.2 CORRELAÇÃO Nº 2.....	55
8.3 CORRELAÇÃO Nº 3.....	58
8.4 CORRELAÇÃO Nº 4.....	59
8.5 CORRELAÇÃO Nº 5.....	60
8.6 CORRELAÇÃO Nº 6.....	61
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICES – Unidades de registro por correlação	75
ANEXO – Notícias, reportagens e releases (CD)	

1 INTRODUÇÃO

O sistema carcerário do Rio Grande do Sul, segundo apontou o Departamento de Segurança e Execução Penal da Superintendência dos Serviços Penitenciários, em dados atualizados no site em outubro de 2015, chegou a 30,7 mil pessoas. Somente no Presídio Central de Porto Alegre, onde o número de vagas disponibilizadas chegava a pouco mais de duas mil, a lotação já atingiu o número de 5,3 mil presos no início da gestão do governador Tarso Genro, em 2011. Desde então, os veículos noticiosos realizam cobertura do caso de superlotação da principal cadeia do Sul do país e as iniciativas governamentais de transferências de presos e construção de novos presídios para sanar o problema. A situação de superlotação foi colocada em evidência desde que entidades motivadas pela regional da Ordem de Advogados do Brasil (OAB/RS) criaram o Fórum da Questão Penitenciária, para discutir o cenário dos presídios do Rio Grande do Sul, e denunciaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos a situação do Central (CIDH/OEA).

A desativação do presídio e a ideia de construção de novas casas prisionais foi considerada medida importante durante a campanha de Tarso Genro ao Governo do Estado. A Secretaria de Segurança Pública da gestão teria realizado investimentos da ordem de R\$ 270 milhões no sistema prisional, o que possibilitou a criação de novas vagas para a desocupação do local. No entanto, após a troca de governo, em 2015, a situação de superlotação do presídio persiste.

Esta pesquisa estuda como o tema da superlotação do Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) foi agendado e abordado em notícias e reportagens do jornal Zero Hora (ZH) e releases do site do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2014. A partir desse objetivo geral de pesquisa, outros dois objetivos específicos foram traçados: 1) mapear nas correlações encontradas entre jornal e assessoria os atributos das mensagens e, 2) a partir da análise de conteúdo dos textos recortados, problematizar o jornalismo e a assessoria do ponto de vista do interesse público. Além disto, o presente trabalho pretendeu aprofundar o campo de estudo da área e trazer benefícios para futuras abordagens sobre o tema, já que a questão da superlotação do presídio perdura por anos e infelizmente não demonstra sinal de que será esgotada tão brevemente.

Este estudo surgiu de uma necessidade pessoal para a autora desta monografia que, em maio de 2013, teve a oportunidade pela primeira vez de conhecer a situação de precariedade do Presídio Central em uma visita acadêmica ao local proporcionada pela disciplina de Jornalismo Cidadão, onde policiais militares guiaram os estudantes pela estrutura administrativa e corredores até o pavilhão J. Em junho de 2014, voltou a visitar o Central com um grupo de colegas da disciplina de Jornalismo Ambiental a fim de conhecer o Centro de Triagem da cadeia, onde presos reciclavam 13 toneladas por mês de garrafas PET, vasilhas de plástico e papéis descartados pela administração. A partir dessas visitas, ainda que limitadas a áreas consideradas mais seguras e acompanhadas por policiais militares fortemente armados, o olhar sobre o presídio instigou a visão crítica sobre a administração pública no caso da superlotação da cadeia e a abordagem do problema nos meios de comunicação. Além da curiosidade da pesquisadora sobre questões relacionadas a direitos humanos e segurança pública, o recorte sobre a gestão do governador Tarso Genro deu-se também a partir da experiência de estágio na redação da assessoria de imprensa do Palácio Piratini, no período selecionado para pesquisa, o que contribuiu para o surgimento da ideia.

A pesquisa desenvolveu-se a partir da fundamentação teórica necessária para a compreensão dos dados, portanto, a técnica utilizada foi a bibliográfica, ou seja, consulta em livros e artigos já publicados. Para fundamentar as palavras-chave que definem esta monografia (Jornalismo; Assessoria de Imprensa; Comunicação Pública; Teoria da Agenda; Presídio Central de Porto Alegre), foram estudados os principais autores de cada área.

Após esta introdução, o Jornalismo é abordado no segundo capítulo. Prática antiga que tomou os contornos atuais como a procura pela verdade, objetividade e serviço público em meados do século XIX. A importância da definição da atividade para esta pesquisa sugeriu subcapítulos sobre notícia e reportagem, os principais produtos do jornalismo, e também um breve histórico do jornal Zero Hora, um dos objetos empíricos da pesquisa. Os principais autores consultados para este capítulo foram Traquina (2013), Lage (2011), Wolf (2009) e Rossi (1980).

O terceiro capítulo é dedicado à assessoria de imprensa, atividade que surgiu das relações públicas no século XX e que tem como objetivo atender os objetivos de

organizações e fontes particulares, tratando das informações no nível da fonte. A formatação das informações em release, a principal ferramenta da atividade, é conceituada em um subcapítulo como um produto jornalístico a fim de conquistar espaços em veículos noticiosos. Outro subcapítulo trata da assessoria de imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o outro objeto empírico deste estudo. A pesquisa aponta ainda a importância da comunicação pública na gestão de Tarso Genro, operacionalizada pela Secretaria de Comunicação e Inclusão Social criada no ano de 2011. Além de autores como Duarte (2011) e Chaparro (2011), produtos da assessoria de imprensa do Governo do Estado ajudaram na conceituação do órgão estadual.

A comunicação pública é conceituada no quarto capítulo desta pesquisa como um serviço voltado à cidadania. Através desta definição, a comunicação governamental exercida pelo Poder Executivo em 2014 é entendida como pública por prestar contas à sociedade e contribuir para a agenda pública. Para tratar de comunicação pública e sua relação com o agendamento, foram conceituados em subcapítulos: interesse público, espaço público e opinião pública. Este último conceito dialoga diretamente com a Teoria da Agenda, apresentada no quinto capítulo.

O Presídio Central de Porto Alegre é apresentado no sexto capítulo, a partir da consulta a autores como o jornalista Renato Dornelles (2008) e a carta de denúncia do Fórum da Questão Penitenciária, de 2013. A construção de mais de meio século possui pouca bibliografia a seu respeito, sendo que neste estudo os principais documentos consultados foram os que geraram o processo de agendamento analisado por esta pesquisa.

No sétimo capítulo é apresentada a análise de conteúdo, metodologia adotada nesta pesquisa quantitativa e qualitativa de natureza não-probabilística. Foram selecionadas as reportagens de capa do jornal Zero Hora, do ano de 2014, com manchetes que tenham relação com a superlotação do Presídio Central de Porto Alegre e, de forma similar, no site do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foram selecionados releases publicados no último ano de gestão do governador Tarso Genro em que a pauta estava relacionada com a delimitação do tema. A análise qualitativa foi realizada nos textos em que houve correlação de data. A

amostra¹ foi definida de acordo com a identificação das correlações de agendamento, ou seja, onde foi possível constatar agendamento direto. Ao todo 15 textos foram analisados a partir de duas categorias criadas: problema e solução. A amostragem destacou os dados necessários para a análise de conteúdo proposta a fim de averiguar a hipótese da pesquisa: o site do Governo do Estado agendou o tema da superlotação do Presídio Central de Porto Alegre destacando as soluções possíveis e o jornal Zero Hora enfatizando os problemas.

A análise dos resultados, descrita no oitavo capítulo, traz cada uma das seis correlações por data destacadas, confirmando a hipótese desta pesquisa: nos textos do Governo do Estado são enfatizadas as soluções e no Zero Hora os problemas. Nas considerações finais, a pesquisa sugere que houve uma frequência maior de agendamento do site do Governo do Estado para o jornal Zero Hora, destacando com isso o protagonismo da comunicação pública.

¹ A utilização do termo amostra deu-se devido ao enfoque qualitativo e quantitativo da pesquisa (HERSCOVITZ, 2007, p.129).

2 JORNALISMO

O jornalismo, segundo Lage (2011, p.9), é prática empregada desde o início do século XVII para a exaltação do Estado ou da fé. Apenas no século XIX é que a imprensa tal qual conhecemos hoje, de acordo com Traquina (2013, p.31-32), passou a se desenvolver como meio de comunicação de massa com valores como a procura pela verdade, exatidão e noção de serviço público, que hoje são frequentemente atribuídos ao jornalismo.

A vertiginosa expansão dos jornais no século XIX permitiu a criação de novos empregos nos jornais; um número crescente de pessoas passou a dedicar-se a tempo inteiro a uma atividade que, durante as décadas do século XIX, ganhou um novo objeto – fornecer informação, e não propaganda. (*Ibidem*, p.31-32).

Neste contexto, o jornalismo pode ser interpretado como um processo de informação² e comunicação³ que contribui para as várias interações na sociedade. No processo comunicacional com frequência ocorre a situação onde o jornalismo é o emissor que fala para um grande número de receptores. Em se tratando de comunicação jornalística como “[...] definição, referencial, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si.” (LAGE, 2006, p.51).

Para Lage (2006, p.47), o jornalismo processa a informação em escala industrial e para consumo imediato. Além do imperativo dos prazos-limite, no jornalismo “[...] cada texto parte de um contínuo que reflete o conflito entre os interesses de quem manda e as preocupações e angústias de quem obedece [...]” (LAGE, 2011, p.35). Logo, há reflexo direto das relações que ocorrem na sociedade, como entre governo e povo, médicos e pacientes, escolas e estudantes etc.

De acordo com Traquina (2013, p.35), o tempo é fator recorrente no processo de produção de notícias e age em combate à deterioração do valor da informação. O

² Informação é matéria-prima fundamental para o jornalista. A partir do exercício do jornalismo define-se as condições necessárias para torná-la notícia (LAGE, 2011, p.45-46).

³ A comunicação refere-se ao processo de compartilhamento a partir de um mesmo objeto de consciência (MARTINO, 2014, p.14-15). O modelo básico de comunicação é atribuído a Shannon e Weaver (LAGE, 2011, p.52), que atribuíram ao emissor a mensagem que a partir de um canal e código pode chegar ao receptor.

imediatismo é “[...] um conceito temporal que se refere ao espaço de tempo (dias, horas, segundos) que decorre entre o acontecimento e o momento em que a notícia é transmitida, dando existência a esse acontecimento.” (TRAQUINA, 2013, p.35). Mais do que uma medida, o imediatismo é compreendido como um traço da profissão, onde “os conceitos de tempo utilizados pelos jornalistas [...] são de importância primordial na sua cultura profissional, pondo a sua marca altamente distinta na sua abordagem à realidade social.” (TRAQUINA, 2013, p.37).

O jornalismo, em sua essência, é uma atividade continuamente confrontada com elementos como “[...] 1) prazos-limite, 2) o imperativo de corresponder ao valor do imediatismo, e 3) a natureza anárquica da sua matéria-prima – os acontecimentos [...]” (TRAQUINA, 2013, p.115).

Para Rossi (1980, p.9), a imprensa deve valer-se também da neutralidade e publicar nos jornais tudo o que ocorre para que o leitor tome conclusões. Define, ainda, a “lei dos dois lados”:

O jornal publicará, lado a lado, as opiniões de um e outro e o leitor formará a sua própria opinião. Em tese, a justiça dessa “lei” é inquestionável. Na prática, pode ocorrer – e frequentemente ocorre – que um dos dois lados (ou ambos) minta. E o jornal, inevitavelmente, reproduzira em suas páginas uma mentira, fazendo o leitor raciocinar a partir de dados falsos. (ROSSI, 1980, p.12).

A reprodução de somente um dos lados ou parte de uma história, no contexto das relações sociais no jornalismo, depende da direção da organização jornalística para determinar a publicação de notícias de acordo com a política editorial. “A política editorial influencia a disposição dos recursos da organização e a própria existência de espaços específicos dentro do produto jornalístico através da sua política de suplementos e sobretudo de rubricas.” (TRAQUINA, 2013 p. 90).

A principal ferramenta do jornalista é o cérebro (PINTO, 2012, p.37). Para exercer jornalismo “é preciso saber pensar, ser crítico, curioso, atento. Conhecer o assunto e ser capaz de fazer relações. Criar, ousar, assumir riscos e ter bons argumentos para defendê-los.” (*Ibidem*, p.37). “[O jornalista] é um sujeito que trabalha obedecendo a pautas e prazos [...]”, como um agente inteligente que cumpre uma tarefa (LAGE, 2011, p.135). E faz isso buscando sempre denunciar os principais problemas da sociedade.

Como resume Bourdieu (1998 apud TRAQUINA, 2013), o jornalismo é baseado em assunções e crenças partilhadas a partir das estruturas cognitivas, perceptivas e avaliativas que cada jornalista partilha (*Ibidem*, p.24); eles “[...] têm ‘lentes’ especiais através das quais veem certas coisas e não veem outras, e através das quais veem as coisas que veem da forma especial por que as veem.” (*Ibidem*, p.25).

Em determinado contexto, a notícia, um dos formatos jornalísticos que será tratado no capítulo a seguir, oferece definições de realidade e conta ‘estórias’, conforme afirma Tuchman (1976 apud TRAQUINA, 2013, p. 16). As notícias nada mais são do que um elo vital para a democracia (*Ibidem*, p.20).

[...] as notícias não são um espelho das condições sociais, mas o relato de um aspecto que se impôs. As notícias não lhe dizem como a semente está germinando do solo, mas pode lhe informar quando seu primeiro broto atravessa até a superfície. Poderá até mesmo lhe dizer o que alguém diz sobre o que está ocorrendo com a semente sob o solo. Poderá lhe dizer que o broto não apareceu no tempo que se esperava. Quanto maior o número de aspectos, então, que cada ocorrência pode ser capturada, objetivada, medida, nomeada, mais pontos existem nas quais as notícias podem acontecer. (LIPPMANN, 2010, p.291).

Para esta pesquisa, a notícia será o principal formato a ser analisado por sua caracterização principal no exercício do jornalismo, assim como o release para a assessoria de imprensa, itens que serão conceituados a partir do capítulo 3. Se a partir das notícias o cidadão enxerga a si próprio e o meio em que se insere, o jornalismo defendido neste estudo deve apontar como é abordada a realidade de um dos presídios mais negligenciados do Brasil.

2.1 NOTÍCIA E REPORTAGEM

As notícias são o que acontece lá fora e o que os jornalistas simplesmente relatam (WOLF, 2009, p.190). Elas são geradas conforme os critérios de noticiabilidade, onde a noticiabilidade caracteriza-se pelo processo daquilo que leva um fato a ser compreendido como notícia: suas características, o julgamento do jornalista, a cultura da categoria, a qualidade do material encontrado, demais fatores éticos, políticos, sociais e econômicos do meio onde está inserido, além de, principalmente, o discernimento de cada empresa jornalística para qual o jornalista trabalha (SILVA, G., 2014, p.52). Gislene Silva (*Idem*, p.52-53) entende os critérios

de noticiabilidade como três instâncias, as quais podem ser compreendidas como momentos da produção de notícias: a consideração dos critérios na origem, no tratamento e na visão dos fatos.

É reducionista, portanto, definir noticiabilidade ou somente como conjunto de elementos por meio dos quais a empresa jornalística controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos ou apenas como o conjunto de elementos intrínsecos que demonstram a aptidão ou potencial de um evento para ser transformado em notícia. Noticiabilidade seria a soma desses dois conjuntos, acrescentada daquele terceiro que trata de questões ético-epistemológicas. Preferível será localizar tal aptidão do fato em si no campo dos valores-notícia, entendidos aqui como atributos que orientam principalmente a seleção primária dos fatos - e, claro, que também interferem na seleção hierárquica desses fatos na hora do tratamento do material dentro das redações. (SILVA, G., 2014, p.54).

Desta maneira, entende-se que o estudo dos critérios de noticiabilidade serve para justificar e entender como que certos acontecimentos recebem atenção de veículos noticiosos e outros não; o que ocorre pela defesa dos valores-notícia, que devem ser entendidos como qualidades dos fatos, ou seja, seus atributos (SILVA, G., 2014, p.57).

Ainda a partir disso, a definição prática do jornalismo é a cobertura dos acontecimentos e pode surgir a partir de uma proposta para a edição, definida como pauta⁴, ou simplesmente de fatos ocorridos no cotidiano. Entre o que o jornalismo costuma cobrir, estão:

a) eventos programados (julgamento de acusados, votações em assembleias, inaugurações de obras etc.) ou sazonais (início do ano letivo, vendas de fim de ano, mobilização de bóias-frias para a colheita etc.); b) eventos continuados (greves, festejos, pontos de estrangulamento no trânsito etc.); c) desdobramentos (suítes, continuações) de fatos geradores de interesse (acompanhamento de investigações policiais [...] etc.); e d) fatos constatados por observação direta e que estão lá, esperando ser noticiados (mudanças nos costumes, ciclos de moda, deterioração ou recuperação de zonas urbanas etc.). (LAGE, 2011, p.39).

Para a cobertura de tais eventos, conforme explica Pinto (2012, p.89), existem técnicas jornalísticas para a produção de notícias. A pirâmide invertida empregada em textos noticiosos é uma hierarquia de informações que começa com o que é mais relevante e termina com o que é menos importante. No lide, comumente encontrado no primeiro parágrafo dos textos, estão dispostas as respostas para as

⁴ Pauta, além de orientação para jornalistas e chefias, é também o fio condutor que define o que será publicado ou levado ao ar (ROSSI, 1980, p. 16-19).

perguntas fundamentais sobre o evento: o que, quem, quando, onde, como e por quê. Assim, “da forma como o lead é encarado hoje, ele se transformou muito mais num resumo de toda a matéria, como se o leitor estivesse interessado apenas no início de cada notícia e não no seu conjunto.” (ROSSI, 1980, p.25).

Já a reportagem, conforme explica Lage (2011, p.39), nada mais é do que um assunto em visão jornalística abordado a partir de interesses editoriais. Em sua estrutura, nem sempre encontramos um lide. Assim, para que um texto jornalístico seja definido como uma boa reportagem, o jornalista precisa apoiar-se em quatro tarefas: pesquisa, observação, entrevista e documentação (PINTO, 2012, p.89).

O repórter, ao ser aprimorado pela educação e prática do jornalismo, acaba por desenvolver o que é chamado de intuição ou faro, “além de processar dados com autonomia, habilidade e reatividade, modela para si mesmo a realidade, com base no que constrói sua matéria.” (LAGE, 2011, p.27-28).

Cada fato pode ter muitas explicações, conforme a ótica política de cada um que o examine – e a ótica política do repórter e/ou redator não coincide necessariamente com a de seu editor ou de seu chefe de Redação – ou, finalmente, de seu diretor, dono da palavra final quanto ao que vai ser publicado ou levado ao ar [...] (ROSSI, 1980, p.38).

Muito da produção de uma notícia ou reportagem dá-se, fundamentalmente, através de fontes de informação. Elas podem ser encontradas em notícias publicadas nos meios, informações divulgadas por assessorias de imprensa ou a partir do que chega às redações.

Para Rossi (1980, p.50-51), a escolha das fontes pode ser definida pelo conhecimento e o interesse político ou econômico (direta ou indiretamente) com relação ao tema tratado. O procedimento para acesso às fontes é através de entrevista. Entretanto, ainda que em contato direto, “a relação com as fontes deve ser cordial e correta. Trata-se inegavelmente de uma troca, mas o que deve ser trocado é sempre informação, nada mais.” (LAGE, 2011, p.95).

Conforme Lage (2011, p.65-66), a categorização das fontes funciona da seguinte maneira: as primárias, que fornecem informações (fatos e números) e, as secundárias, que são consultadas para a preparação de um dado contexto para pauta. Podem ser “[...] mais ou menos confiáveis (confiança, como se sabe, é coisa

que se conquista), pessoais, institucionais ou documentais.” (LAGE, 2011, p.62). E, ainda, definidas como oficiais (instituições de Estado, órgãos oficiais, empresas, fundações), oficiosas (ligadas a uma organização, mas sem autorização para divulgar informações) e as independentes (sem relação com o poder, organizações não-governamentais).

Conforme a classificação de Marques de Melo (ASSIS & MELO, 2013, p.32), os formatos notícia e reportagem fazem parte do gênero informativo no jornalismo. O informativo é um dos gêneros que serve como uma indicação para as ações cotidianas dos cidadãos, pois "refletem aquilo que os cidadãos querem e precisam saber/conhecer/acompanhar." (*Ibidem*, p.31). Esses formatos, pelo caráter informativo que detêm, foram os mais analisados na seleção de textos do jornal Zero Hora durante esta pesquisa.

2.2 O JORNAL ZERO HORA

O jornal Zero Hora, conhecido também como ZH, surgiu em maio de 1964. O diário é derivado da sucursal de Porto Alegre do jornal Última Hora, de Samuel Wainer, que foi fechado por ocasião do golpe que instaurou a ditadura brasileira; em 1970, o jornal passou a integrar o Grupo RBS, a maior empresa de comunicação do Sul do Brasil (STEIGLEDER, 2015, p.94).

ZH já atingiu o número de mais de um milhão de leitores da versão impressa e mais de dez milhões de usuários de produtos digitais (EDIÇÃO, 2014, p.4), produziu dezessete cadernos semanais e empregou duzentos jornalistas, cem colunistas e possui uma sucursal em Brasília (NOSSAS, s/d). No ranking da Associação Nacional de Jornais, Zero Hora está entre os 50 maiores jornais de circulação paga do país, e alcançou a 6ª posição em 2014, seguido por O Estado de S. Paulo e Diário Gaúcho, outro veículo do Grupo RBS (MAIORES, 2014).

Na história de meio século do jornal, a versão impressa já passou por três modificações estéticas no layout do diário. Em 2007, passou a ter um site e, em 2012, passou a cobrar pela versão digital do conteúdo impresso (*Ibidem*, 2015). No aniversário de cinquenta anos, o veículo remodelou a apresentação das notícias: as

sete editorias foram reduzidas para quatro e o agrupamento de Política, Economia, Mundo, Geral e Polícia foi realizado na nova Notícias:

ZH tem um novo objetivo: quer ser curadora de toda a informação relevante para o público, selecionar o que de mais importante está acontecendo e entregar ao seu leitor de uma maneira plural e transparente. [...] Uma das principais mudanças é a nova grade de editorias. [...] Essa nova organização das informações é mais intuitiva, levando em conta os hábitos dos leitores e a forma como as pessoas buscam conteúdo. A informação deixa de ser compartimentada, porque as pessoas não são compartimentadas.” (EDIÇÃO, 2014, p.4).

As mudanças foram apresentadas em um livro comemorativo lançado em 2014 com uma linha do tempo fotográfica organizado pelo jornalista Moisés Mendes contendo os principais momentos do Estado, do Brasil e do mundo que foram cobertos por ZH (EDIÇÃO, 2014, p.8). De acordo com o editor de Arte dos Jornais do Grupo RBS (*Ibidem*, p.4), a ideia do layout atual é combinar páginas de jornal e de revista conforme o tratamento dado aos temas. “Notícias factuais receberam um design clássico, objetivo. Já reportagens de maior fôlego têm imagens e títulos valorizados.” (*Ibidem*, p.5).

Nesta pesquisa, as páginas de ZH e os releases lançados pela assessoria de imprensa do governo gaúcho serão objeto de estudo. Pela delimitação da pesquisa ser o ano de 2014, as notícias e reportagens analisadas tem projetos gráficos diferentes, mas isso não influenciou a análise.

3 ASSESSORIA DE IMPRENSA

O jornalista Ivy Lee, no início do século XX, ficou conhecido como fundador das relações públicas ao inventar a atividade para prestar serviços de relacionamento com a imprensa para o empresário John Rockefeller (CHAPARRO, 2011, p.3-4). O surgimento da assessoria de imprensa e das relações públicas foi batizado por Lee na declaração de princípios, onde determina regras a favor da confiabilidade da atividade. Nela, “comprometeu-se a fornecer notícias - apenas notícias - e a colocar-se à disposição dos jornalistas, sempre que solicitado, para respostas honestas, verdadeiras.” (CHAPARRO, 2011, p.6).

Para entender o conceito de assessoria de imprensa é necessário tomar consciência da definição de relações públicas. No final da década de 1980, conforme descreve Amaral (2011, p.35), a *Public Relations Society of America* definiu as relações públicas como “[...] uma atividade que ajuda uma organização e seu público a se adaptarem mutuamente.”. Função essencial também é a contribuição para tratar das imagens e reputações de organizações.

As relações públicas são embaixadores de boa vontade do comércio e da vida pública. Pensamento popular: leva tempo para construir uma reputação, mas bastam segundos para destruí-la. Muito do trabalho feito por intermédio da mídia, mas podem ser usados outros métodos para transmissão da mensagem. São comuns nos Estados Unidos feiras, exposições, conferências e shows ambulantes, audiovisuais de produtos e serviços, literatura como house-organs, posters, folhetos e brochuras, competições e encontros comerciais. (AMARAL, 2011, p.35).

Mesclando os princípios da atividade de relações públicas como assessoria, um dos maiores estudiosos brasileiros sobre assessoria de imprensa, Jorge Duarte (2011, p.51), define a atividade como “[...] a gestão do relacionamento e dos fluxos de informação entre fontes de informação e imprensa.”. As assessorias de imprensa atendem demandas de organizações e fontes particulares a partir do trabalho exercido por profissionais experientes ou com curso superior em jornalismo e relações públicas.

Com o desenvolvimento da atividade ao longo do tempo, as organizações perceberam os efeitos mercadológicos que a circulação da informação em meios de

comunicação pode provocar na sociedade. Para a imprensa, a atuação de uma assessoria é vista como um processo natural do jornalismo, mas onde se comunica o que a organização deseja, e ainda assim provendo informações de credibilidade (DUARTE, 2011, p.62).

No Brasil, o surgimento das relações públicas aconteceu a partir de 1964. Tanto relações públicas quanto assessorias de imprensa encantaram muitos jornalistas. Quatro anos após a generalização da atividade, as relações públicas passaram a não ser mais do campo de estudo da Administração, mas da Comunicação, atingindo assim maior abrangência (CHAPARRO, 2011, p.11). Desta forma, as fontes exerceram maior influência ao deixarem de deter informações, elas “passaram a ser instituições produtoras ostensivas dos conteúdos da atualidade - fatos, falas, saberes, produtos e serviços com atributos de notícia.” (CHAPARRO, 2011, p.19). Com o tempo, o segmento tornou-se forte entre os jornalistas. Em 1995, um terço dos profissionais com carteira assinada trabalhava em assessorias de imprensa (CHAPARRO, 2011, p.17). Segundo pesquisa da Federação Nacional dos Jornalistas, realizada em 2012, 40% dos jornalistas consultados trabalhavam fora da mídia, ou seja, em assessorias de imprensa ou comunicação e outras ações (BERGAMO; MICK; LIMA, 2012).

Atualmente, as assessorias não mais se limitam à produção de releases, pois buscam cada vez mais incorporar os objetivos de uma organização para agir.

Hoje, não basta ser um ótimo jornalista em um importante jornal para transformar-se em assessor de imprensa completo. [...] as assessorias de imprensa são como a ponta de um iceberg da comunicação nas organizações brasileiras: a única área visível para o administrador que, ao identificar problemas de comunicação, tende a imaginar que divulgação é a resposta. Por isso, em muitos casos, tornaram-se porta de entrada de muitos jornalistas na comunicação institucional - mas não são a única solução, e podem não ser a mais importante. Não basta divulgação jornalística para resolver as complexas questões de comunicação, conforme muitas instituições já perceberam. As assessorias de imprensa inserem-se num conjunto mais amplo de atividades, geralmente naquilo que tem sido chamado de comunicação organizacional, integrado por processos e atividades que se cruzam, sobrepõem-se, integram-se e podem, muitas vezes, ser indistintas devido a linhas demarcatórias fluidas que envolvem ações de publicidade, Internet, marketing, relações públicas, comunicação interna, relacionamento com consumidores. (DUARTE, 2011, p.XXIV).

Considerando o amplo leque de possibilidades da atuação em assessorias de imprensa, no mundo contemporâneo, com o surgimento de novas tecnologias de

comunicação, não temos apenas a mediação de jornalistas, os assessores contribuem também para a orientação da democracia (DUARTE, 2011, p.XXII). No contexto atual, a assessoria de imprensa tornou-se uma comunicação estratégica:

E a assessoria de imprensa é a atividade que compreende, no contexto de hoje, o conjunto de ferramentas que podem posicionar, de forma estratégica, as organizações, construindo imagem favorável na mídia e junto a diferentes públicos, prevenindo crises de imagem. (GLÜER, 2014, p.77).

Nesta pesquisa, a compreensão de assessoria de imprensa é vista como parte operacional e estratégica do poder público para com a imprensa, a partir da principal ferramenta de divulgação de ações, o release, a ser tratado a seguir, e considerada com fim de analisar a atuação da comunicação pública no âmbito do poder executivo estadual.

3.1 RELEASE

A atividade de assessoria de imprensa possui ferramentas que são úteis para atingir o objetivo das organizações a que prestam serviço. "Entre as ferramentas mais utilizadas pelo assessor de imprensa estão *press kit, follow up, mailing list, press release, clipping, acompanhamento on line, media training, workshops e websites*." (MAFEI, 2012, p.63). A prática de redação de releases está ligada à intenção de inserir o cliente e mantê-lo presente nos meios de comunicação (MONTEIRO, 2011, p.120).

Pode-se falar em comunicado. Entre colegas, os jornalistas se referem a ele como "material". "Pode mandar o material" é uma frase muito ouvida no relacionamento com a imprensa. Ponto de partida para uma matéria, como um aviso de algum evento, o "material" a que se referem é o *press release*, o texto jornalístico produzido pela área especializada com o objetivo de informar as redações sobre assuntos de interesse da organização. (CHINEM, 2003, p.67-68).

Pelo motivo da assessoria de imprensa atender os interesses de um cliente, os textos redigidos podem ser considerados como meras propagandas por apresentarem a visão da organização que atendem. Fatos positivos para a organização são geralmente a ênfase dos releases. A partir disso, o release deve ser escrito em linguagem jornalística para que o repórter, além de entender a mensagem, acredite que é digna de atenção para uma publicação. "Deve ter riqueza e exatidão de informações, e para isso é necessário observar os critérios de

noticiabilidade dos fatos e se valer de rigor técnico na redação do texto [...]” (*Ibidem*, p.67-68). Assim como uma notícia ou reportagem, o release precisa ser verdadeiro em todas suas informações para não comprometer a imagem da organização.

O press release deve cumprir a função de subsidiar ou complementar o trabalho de levantamento de informações do repórter. Tem ainda a função de provocar, suscitar entre os profissionais da redação de jornal, interesse pelo assunto que se quer divulgar. De modo geral, o press release funciona como uma sugestão de pauta, o ponto de partida do trabalho do repórter, a quem cabe dar seqüência às demais etapas da reportagem, que são entrevista, consulta, checagem de informação e redação do texto final da matéria. Entre a redação de uma reportagem e a forma com que ela chega ao público há um trabalho intenso. (CHINEM, 2003, p.67-68)

A partir do envio de releases para as redações, os assessores têm a intenção de colocar a organização na mídia e agendar os assuntos de interesse do cliente, tema que será tratado no capítulo 5 (MONTEIRO, 2011, p.129). Se tratando de assessorias de órgãos públicos ou candidatos a uma eleição, para os autores Cobb e Elder (1972 apud MOLLEDA, 2011, p.155), os políticos são líderes de opinião no processo de agendamento dos meios, pois “[...] promovem assuntos particulares que criam uma agenda sistemática e formal por meio de campanhas simbólicas.” (MOLLEDA, 2011, p.155). Ou seja, os veículos noticiosos são agendados também por releases, tema que será explicado no capítulo 5 que trata da Teoria da Agenda.

3.2 ASSESSORIA DE IMPRENSA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A assessoria de imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul está vinculada à Diretoria de Jornalismo da Secretaria de Comunicação (Secom)⁵. O surgimento de uma secretaria responsável pela comunicação do governo deu-se em 2010, durante a campanha política de Tarso Genro, em uma Plenária Livre de Comunicação. “Na ocasião, jornalistas [...] oriundos de distintos movimentos pela democratização das comunicações (filiados ou não a partidos políticos), definiram objetivos e ações na área da comunicação [...]” (CARDOSO, 2012). A partir do debate, a coligação Unidade Popular pelo Rio Grande das siglas PT, PTC, PCdoB,

⁵ A Secretaria de Comunicação e Inclusão Social foi extinta pela Lei nº 14.672, de 1º de janeiro de 2015, mas suas ações ainda eram executadas pela Coordenação de Comunicação, na mesma estrutura inicial da gestão de Tarso Genro. No dia 15 de setembro de 2015, o Projeto de Lei 215/2015, que propõe a recriação da Secretaria de Comunicação, foi aprovado pelos parlamentares gaúchos. No Diário Oficial do Estado do dia seguinte, a Lei nº 14.733 foi publicada, vinculando a secretaria ao Gabinete do Governador.

PROS, PPL, PTB e PR resolveu integrar ao programa de governo da campanha pelo Governo do Estado a criação de uma secretaria destinada à comunicação. Assumindo como governador, Tarso Genro decretou no dia 1º de março de 2011 a criação da Secretaria de Comunicação e Inclusão Social.

A Secom, inicialmente, era constituída das Diretorias de Jornalismo, de Inclusão Digital, Publicidade, Políticas Públicas e Relações Públicas. A primeira secretária de Comunicação foi a jornalista Vera Spolidoro, que ficou no cargo até junho de 2013, seguida dos também jornalistas João Ferrer e Marcelo Nepomuceno. Com a troca de secretários, deixaram de existir as Diretorias de Relações Públicas, Inclusão Digital, Publicidade e Políticas Públicas. A estrutura manteve-se com a Diretoria de Jornalismo e as novas de Mídias Sociais e de Comunicação Criativa. (JAQUES, 2014, p.23). Ao assumir a gestão, Tarso Genro buscou incentivar o desenvolvimento de uma comunicação condizente ao mundo contemporâneo:

Ao abrir a gestão pública aos novos e novíssimos sujeitos sociais que emergem no cenário político deste início de século, sabíamos que seria indispensável lançarmos mão de mecanismos digitais, apropriando-nos das novas tecnologias da informação e da comunicação para submeter a gestão pública, permanentemente, ao crivo de uma sociedade cada vez mais atomizada e organizada em torno de novas redes de relacionamento social e econômico. (COCCO, 2013, p.7).

Partindo deste princípio do governante, os serviços oferecidos pela secretaria seriam a criação de uma rede de cadastro de veículos comunitários e comerciais, e o atendimento aos veículos de comunicação do interior do Estado através da Central do Interior. As principais ações eram o projeto Conexões Globais, onde ativistas digitais de diferentes países se reuniam na Casa de Cultura Mário Quintana, em Porto Alegre, e o RS Mais, que tinha como premissa a transparência a partir de "ações de comunicação que tem como objetivo de informar todos os gaúchos sobre o trabalho realizado pela administração estadual [...]" (FOLDER, s/d, p.9). Vinculada à Secom estava a produção de conteúdo com a Fundação Piratini, que compreende a TVE e a FM Cultura, e o projeto Memorial da Legalidade, nos porões do Palácio Piratini, em lembrança aos 50 anos da resistência do governador Leonel Brizola pela legalidade da posse de João Goulart em 1961.

Como metas, a secretaria partiu de princípios da comunicação pública como "[...] informar, integrar e libertar [...]" para tornar-se assim "[...] referência em sistema

de comunicação governamental inclusivo e participativo, que aproxima o Estado e sociedade.” (*Ibidem*, p.3).

Entendemos a informação como um direito e um bem público, sendo dever do Estado defender e propiciar seu exercício. Assim, viabiliza-se uma interlocução com as mídias tradicionais, as locais, regionais e segmentadas, e fortalecem-se as novas formas de comunicação mediante a inclusão digital. (*Ibidem*, p.3).

Baseando-se nisso, a Diretoria de Jornalismo da Secretaria de Comunicação do Governo do Estado continua a exercer sua função operacional e estratégica na Rua Riachuelo, no Centro Histórico de Porto Alegre. Sua atividade está relacionada “[...] a todas as ações desenvolvidas pelo Governo, a partir da cobertura diária de reportagem, fotografia, rádio e TV, seja no Estado, no País ou no exterior.” (FOLDER, s/d, p.5). A assessoria de imprensa trabalha em conjunto com secretarias, autarquias e vinculadas aos órgãos públicos do Estado. Desta maneira, o trabalho jornalístico oferecido pela secretaria une-se à proposta de democratização da comunicação a partir da formulação de políticas colocando a informação como uma estratégia para assegurar o exercício da cidadania (SANT’ANA, 2011, p.57). Assim, o governo do Rio Grande do Sul tem seguido uma tendência nacional e mundial:

A disponibilização de informações sobre serviços, a prestação de contas via sites oficiais, a ampliação das equipes e da estrutura das assessorias de comunicação, além das permanentes ações de assessoria de imprensa e anúncios publicitários na grande mídia, somados à produção de impressos próprios, destinados a divulgar serviços ou órgãos, são exemplos de estratégias de comunicação. [...] É essencial levar em conta que a comunicação não mais se dirige aos receptores ou usuários dos serviços públicos, mas a cidadãos atentos e cada vez mais críticos com relação ao papel e às obrigações do Estado. (SANT’ANA, 2011, p.43).

Não é objetivo desta pesquisa analisar a importância da assessoria de imprensa para o governo estadual, mas sim examinar o exercício do jornalismo e da comunicação pública na apresentação de um dos principais problemas de segurança pública do Rio Grande do Sul, a superlotação do Presídio Central de Porto Alegre.

4 COMUNICAÇÃO PÚBLICA

O conceito de comunicação pública ainda está em processo de construção e muito se confunde, mundialmente, com comunicação organizacional, que busca estabelecer estratégias administrativas entre a empresa e seus públicos, e a comunicação governamental, como um serviço de prestação de contas à sociedade (BRANDÃO, 2012, p.1-5).

[...] a comunicação pública tem como objetivo primeiro o mercado, visando atingir os diversos públicos das corporações com o intuito de vender – seja uma imagem, seja um produto, seja uma ideia, seja uma fé – e obter lucro financeiro, pessoal, em status ou poder. Para isso, utilizar-se-á de todo o arsenal de instrumentos e tecnologias de comunicação de massa, de grupo e interpessoal, complementando com técnicas de pesquisas [...]. (BRANDÃO, 2012, p.3).

No âmbito de responsabilidade do Estado e do Governo, entende-se comunicação pública como um serviço voltado à cidadania, como aquela que deve servir ao cidadão todo o conhecimento necessário para que exerça seus direitos e deveres. (BRANDÃO, 2012, p.5). A execução de práticas da comunicação pública nos governos representa a garantia de direitos básicos para a sociedade e deve ser vista como um processo de construção de cidadania plena, sem manipulação das instituições (COCCO, 2013, p.38). É a partir do estímulo que o cidadão pode participar de maneira efetiva das decisões de interesse público (DUARTE, 2012, p.64).

Fazer comunicação pública é mais que disponibilizar informações na internet ou produzir relatórios sobre os investimentos em programas e obras. Ela deve ser praticada cotidianamente em todos os níveis do governo. Mais que anunciar um novo viaduto ou o investimento na informatização dos cadastros é preciso anunciar os serviços oferecidos e as condições de acesso; informar o cidadão sobre seus direitos e dar informação embasada que o atenda em suas necessidades específicas e o capacite para o debate e a deliberação. (SANT'ANA, 2011, p.105).

Para ser entendida como comunicação pública, a governamental deve ser tida como um instrumento de construção de agenda pública, prestando contas e encorajando políticas que promovam o debate público (BRANDÃO, 2012, p.4-5). No Brasil, a comunicação pública surgiu como propaganda. Os governos autoritários do século XX compreendiam a comunicação como uma ferramenta de controle e manipulação. A política constantemente utiliza-se da comunicação para ser inserida

na esfera pública, atingir objetivos e executar suas ações. “A constituição de uma impressão favorável da opinião pública, portanto, é premissa básica para a obtenção de credibilidade e legitimidade necessárias à manutenção do poder político.” (SILVA, 2009, p.20). Por sua vez, a comunicação vale-se da política para alcançar sua função social e isso ocorre através dos processos de tensionamento e distensionamento que o campo político possibilita (*Ibidem*, p.19).

Com a redemocratização, a comunicação pública brasileira passou a ser percebida como instrumento de divulgação das ações governamentais e, recentemente, é vista como um instrumento para a elaboração de políticas em conjunto com a sociedade (STRELOW, 2015, p.41). A partir do governo Lula (2003-2011) é que se popularizou a ideia de divulgação de informações que contribuam para a cidadania (BRANDÃO, 2012, p.11).

[...] deve-se reconhecer que pela primeira vez depois da era militar tratou-se da comunicação governamental com uma preocupação que pretendia ir além da propaganda e do marketing político e resgatou-se a noção do civismo, desgastada no tempo da ditadura militar. Este resgate é também de um governo formado com quadros de um partido político de base popular, o Partido dos Trabalhadores, que caracterizou sua gestão nos governos municipais pela participação popular. (BRANDÃO, 2012, p.12).

Neste contexto, a comunicação pública mudou o tratamento das informações de interesse público, tema a ser tratado no capítulo 4.1, tornando-as mais do que produto de promoção político-institucional, inserindo-se assim no espaço público para “[...] designar o ambiente de expressão e de mediação em que ocorrem as trocas de informações, os conflitos, as negociações, as relações entre emissor e receptor [...]” (MONTEIRO, 2012, p.40). É na imprensa onde a comunicação pública toma evidência:

Ali circulam informações consideradas importantes e interessantes para a formação da opinião do público sobre acontecimentos e problemáticas que fazem parte da agenda pública, bem como interpretações sobre esses acontecimentos e problemáticas. Algumas dessas informações dizem respeito ao que certos autores chamam de questões públicas. Elas englobam temas como segurança pública, questão agrária, saúde, ambiente, qualidade de vida, direitos da mulher, alimentação, trabalho infantil, formação de blocos econômicos e muitos outros que dizem respeito à coletividade e, em geral, envolvem tomadas de decisão, transitando por isso, da agenda pública para as agendas midiática e política (e vice-versa). (MONTEIRO, 2012, p.41).

Com a participação incessante na mídia, a comunicação pública estimula o debate público por incitar representações da sociedade a darem suas versões sobre os fatos. Desta maneira, os atores sociais que constituem a opinião pública, a ser tratada no capítulo 4.2, passam a tratar de informações que uma vez transferidas para a agenda midiática devem influenciar outras agendas, como a política, podendo assim modificar a posição de políticos em relação a determinados temas (MONTEIRO, 2012, p.43).

O presente estudo procurou trazer o tema da superlotação do Presídio Central de Porto Alegre como uma questão tratada pela comunicação pública através da atuação da assessoria de imprensa da Secretaria de Comunicação do Governo do Rio Grande do Sul.

4.1 INTERESSE PÚBLICO E ESPAÇO PÚBLICO

A definição de interesse público está ligada ao "[...] interesse do todo, do próprio conjunto social, o que não se confunde com a ideia de soma de interesses individuais [...]" (MELLO, 2001 apud KOÇOUSKI, 2012, p.85). O Estado deve defender com supremacia os interesses públicos frente aos privados na administração pública (*Ibidem*, p.86). A comunicação que tem como função beneficiar a sociedade através da divulgação de informações relevantes é chamada de comunicação de interesse público; ou seja, a partir dela "[...] os beneficiários diretos e primordiais da ação sempre serão a sociedade e o cidadão" (VIEIRA DA COSTA, 2006 apud BUENO, 2012, p.137).

Em resumo, interesse público não existe em si, ou por si mesmo, mas trata-se de um emaranhado de interesses, de confrontos discursivos, ancorados nos processos sociais em curso. Múltiplos atores e manifestações sociais, às vezes provisórios, às vezes com movimentos pendulares. A imagem mais apropriada pode ser associada a um caldeirão, cujo conteúdo final, ainda desconhecido, reúne vários ingredientes na fervura. A figura hipotética de um chefe de cozinha leva, imediatamente, ao papel das organizações jornalísticas. (FARIA, 2012, p.175).

A definição de interesse público está ligada também a espaço público, o que, inicialmente, valia-se de um espaço físico. Ao agregar valor simbólico, este espaço passou a ser a representação da democracia "[...] ou a expressão contraditória das informações, das opiniões, dos interesses e das ideologias." (WOLTON, 2004 apud MONTEIRO, 2012, p.40).

A existência social de uma esfera pública para a apresentação, discussão e resolução das questões de interesse público, bem como a elaboração de uma expressão por meio da opinião pública, é elemento imprescindível para a lógica democrática contemporânea. Se as disputas políticas acontecem no terreno simbólico do convencimento e a vitória se dá em termos da obtenção do consentimento, é a esfera pública o *locus* natural do jogo político. (NOVELLI, 2012, p.83).

O espaço público tornou-se político a partir da tomada de consciência sobre moralidade atribuída pela sociedade. Desta maneira, o julgamento das ideias debatidas no espaço público veio a ser chamado de opinião pública (NOVELLI, 2012, p.75).

Coube à opinião pública, desde então, o papel de intermediar a relação entre o Estado e a sociedade e atuar como fonte de legitimação política. Em muitos casos, a história recente demonstrou que a grande luta de vários governos traduziu-se na busca de aceitação de suas iniciativas pela opinião pública. (NOVELLI, 2012, p.72).

Para elucidar os conceitos de interesse público e espaço público, a pesquisa trata a seguir da opinião pública, que pode ser compreendida como parte integrante do universo da discussão sobre sociedade, onde as definições anteriores tomam forma e representação.

4.2 OPINIÃO PÚBLICA

O conceito moderno de opinião pública é apontado desde a Grécia Antiga, mas sua concepção moderna deu-se a partir do Iluminismo, no século XVIII, em decorrência de fenômenos sociais como a alfabetização, expansão de classes e a invenção da imprensa. (SILVA, C., 2014, p.440). Entre os principais autores estão John Locke e Jean-Jacques Rousseau.

No começo, opinião pública referia-se ao modo de pensar e às teses das pessoas dessas classes sociais ascendentes que enriqueciam e se instruíam, mas, com o tempo e as mudanças políticas (em especial a Revolução Francesa), passaram a se conjugar com outras expressões emergentes (como consciência pública e bem comum) para designar desejos e intenções de toda a sociedade, ou pelo menos da sua maioria, e passou a ser invocada como fonte de autoridade ou legitimidade por quem exercia ou almejava exercer o poder. Mas tratava-se de uso basicamente retórico, sem referencial científico. (SILVA, C., 2014, p.440).

A premissa do filósofo John Stuart Mill, de que a sociedade é “[...] um organismo formado por grupos de indivíduos que defendem interesses específicos [...]”, defende a opinião pública como uma saída para resolver impasses sociais pela

“[...] regra da vontade da maioria [...]”. Esta ideia, surgida na expansão de preceitos liberais, é a que mais se aproxima da definição atual, que compreende a opinião pública como a “[...] representação de um conjunto de opiniões individuais semelhantes entre si a respeito de temas de interesse coletivo”. (SILVA, C., 2014, p. 441). Após Mill, o historiador James Bryce, em 1888, foi pioneiro ao estabelecer uma teoria de opinião pública.

Foi ele o pioneiro na formulação da noção de que a opinião pública é um agregado de opiniões individuais mais ou menos parecidas de pessoas que podem ser integrantes de grupos sociais orgânicos diferentes. [...] achava que as pessoas acomodam suas próprias opiniões às da maioria não por temerem represálias, mas por considerarem que ela (a maioria) está sempre correta no que diz respeito a temas de interesse comum, o que dá legitimidade à expressão dos desejos da opinião pública. (SILVA, C., 2014, p.442).

Walter Lippmann define a opinião pública como uma coleção de opiniões individuais que tem como origem as relações sociais (SILVA, C., 2014, p.443). O autor contribuiu para os estudos de ciências sociais a partir da observação do papel de veículos noticiosos na vida das pessoas. Lippmann diz que os indivíduos formam mapas cognitivos a partir do mundo que é noticiado. Assim, a opinião pública não responde ao ambiente, mas ao pseudoambiente que são construídos pelos veículos noticiosos. (MCCOMBS, 2009, p.19). A partir deste pensamento é que Maxwell McCombs deu origem ao estudo da Teoria da Agenda, onde aponta o papel desempenhado pelos veículos como influência na saliência de um assunto para a formação de opinião de um número significativo de pessoas, tema do capítulo 5.

A partir da metade do século XX, o conceito de opinião pública passou a confundir-se com o resultado de pesquisas de amostragens de opinião, que através de técnicas podem descrever o processo da opinião pública. A relação com pesquisas passou a ser criticada por estudiosos como Herbert Blumer. Por estabelecer resultados através de estatísticas e medições, o autor dizia que “[...] a opinião pública é uma entidade que não pode ser adequadamente medida por meio de técnicas de survey ou enquete.” (SILVA, C., 2014, p.444-446).

O sociólogo Pierre Bourdieu (1973, p.3) defende o mesmo que Blumer, e ainda destaca que “as problemáticas que são propostas pelas pesquisas de opinião se subordinam a interesses políticos, e isto dirige de maneira muito acentuada o significado das respostas e, ao mesmo tempo, o significado dado à publicação dos

resultados.”. Para o autor, existe uma imposição ilusória de que a opinião pública é a soma de opiniões individuais para gerar uma média para assim legitimar uma política.

A idéia (sic) de objetividade numa pesquisa de opinião é associada ao fato de se fazer a pergunta nos termos mais neutros possíveis para dar chances a todas as respostas. Na verdade, a pesquisa de opinião estaria, sem dúvida, muito mais próxima do que acontece na realidade se, transgredindo completamente as regras da “objetividade”, fossem dados às pessoas os meios para que elas se situassem da mesma forma como realmente se situam na prática real, isto é, em relação a opiniões já formuladas. (BORDIEU, 1973, p.8).

Nos dias atuais, o conceito para opinião pública continua a ser debatido através do surgimento de novas tecnologias de comunicação. Para Carlos Eduardo Lins da Silva (2014, p.447), a partir delas as relações sociais sofrem mudanças e a constituição de uma opinião pública entra novamente em reflexão. Neste estudo, a importância da conceituação da opinião pública torna-se necessária para compreensão da Teoria da Agenda, tema do próximo capítulo.

5 TEORIA DA AGENDA

A teoria da agenda é defendida por Maxwell McCombs em seu livro lançado em 2004 nos Estados Unidos e publicado no Brasil em 2009. Entretanto, a teoria surgiu como uma hipótese no campo de pesquisas norte-americanas originadas entre os anos 20 e 60, conforme aponta Araújo (2014, p.120). A hipótese teria surgido, de acordo com McCombs, na observação de como as notícias eram apresentadas na primeira página de um jornal norte-americano em 1967. Ela foi amadurecendo desde então. McCombs e Don Shaw iniciaram os estudos durante a eleição presidencial dos Estados Unidos em 1968, na Faculdade de Comunicação da Universidade da Carolina do Norte, onde eram professores, em Chapel Hill (MCCOMBS, 2009, p.9-10).

O primeiro estudo foi desenvolvido “[...] num curto prazo de 24 dias [...] o pesquisador e sua equipe trabalharam com cerca de 100 questionários. Para cotejar a agenda do público com a da mídia, foram escolhidos cinco jornais.” (HOHLFELDT, 2014, p.193). Foi atestado que a mídia havia influenciado o eleitor norte-americano.

[...] a ideia teórica era intrigante, e nós decidimos tentar outro rumo metodológico, aplicar um pequeno questionário em eleitores indecisos durante a campanha presidencial dos Estados Unidos. [...] Eleitores indecisos foram selecionados para o estudo tomando por base o pressuposto de que, no meio do público em geral, este grupo estava interessado na eleição, mas indeciso sobre seu voto, estaria mais disponível à influência da mídia. (MCCOMBS, 2009, p.10).

Para teorizar o agendamento, McCombs (2009, p.9) juntou às suas evidências mais de quatrocentas investigações empíricas sobre os efeitos da comunicação de massa em todo o mundo. A Teoria da Agenda, segundo McCombs (2009, p.111), é sobre “[...] a transferência da saliência das imagens da mídia sobre o mundo às imagens de nossas cabeças.”, mas não compreende apenas a transferência da agenda midiática para a agenda do público. É, principalmente, a transmissão de assuntos de uma agenda qualquer para outra; e a atenção da mídia e do público é que define a saliência de temas específicos nas agendas.

Mais comumente, as pessoas pensam sobre a transferência da saliência da agenda da mídia à agenda pública. Mas a Teoria da Agenda também considera muitas outras agendas, como as agendas das fontes noticiosas e

dos tomadores de decisão, e algumas utilizam o termo construção da agenda [*agenda-building*] ao processo de transferência da saliência numa série de agendas. (MCCOMBS, 2009, p.218).

Como explica McCombs (2009, p.67), há diversos assuntos disputando espaço na agenda da mídia e na agenda do público diariamente. O espaço e tempo que certos assuntos são destaque na agenda da mídia são relativos em cada veículo; para a agenda pública, fatores como o nível de educação do indivíduo e a necessidade de orientação⁶ definem o que agenda ou não agenda. Esta percepção de transferências entre agendas, nomeada de fusão de agendas, “[...] elabora o conceito de necessidade de orientação, explicando porque as pessoas podem considerar algumas agendas mais relevantes do que outras [...]” (MCCOMBS, 2009, p.218). Logo:

O fenômeno do agendamento, um subproduto contínuo e inesperado do processo de comunicação de massa, é encontrado tanto em momentos de eleição como fora do período de eleições, tanto nos níveis nacional como local, numa ampla variedade de localidades geográficas no mundo, e mesmo para um leque de agendas que se entendem além da comunicação política. (MCCOMBS, 2009, p.30).

Os efeitos do agendamento são sucessivos e ocorrem, principalmente, em locais onde há liberdade de imprensa. Ou seja, para que o agendamento ocorra basta existir “[...] um sistema político relativamente aberto e um sistema midiático razoavelmente aberto.” (MCCOMBS, 2009, p.66). O tempo de ocorrência dos efeitos do agendamento varia; de acordo com o autor, as últimas pesquisas apresentadas no estudo sobre a Teoria da Agenda apontam respostas de curto prazo (quatro a oito semanas).

Ao longo de relativamente poucas semanas, a saliência de tópicos veiculados na mídia noticiosa é absorvida por parte significativa do público. Este processo de aprendizagem contínuo e virtualmente invisível é uma instância cívica de um fenômeno maior, a aprendizagem casual dos *mass media*. [...] as pessoas aprendem dos *mass media*. Elas aprendem um montão de fatos, muitos dos quais elas incorporam em suas imagens e atitudes sobre uma variedade de objetos. Elas também aprendem sobre os mais importantes temas do momento, incorporando a agenda dos *mass media* em suas próprias agendas dos tópicos centrais do que a sociedade enfrenta. (MCCOMBS, 2009, p.80).

⁶ "Conceitualmente, a necessidade de um indivíduo por orientação é definida por dois conceitos, relevância e incerteza, cujas funções ocorrem sequencialmente. Relevância é a condição definidora inicial da necessidade de orientação." (MCCOMBS, 2009, p.91).

Entretanto, a influência sobre o público em diversos assuntos não é um fenômeno absoluto. Para McCombs (2009, p.32-47), o público não é passivo no processo, apenas absorve os temas que são relativos ao mundo que habita. A eficiência do agendamento é medida através da relevância do tema tratado e “[...] um grau de incerteza relativamente alto em relação ao domínio do mesmo, levando o receptor a buscar informar-se com maior intensidade a respeito daquele assunto.” (HOHLFELDT, 2014, p.199). Os veículos noticiosos apresentam um pseudoambiente, conforme explica McCombs, que dá significado ao mundo real:

[...] tanto a cobertura noticiosa como as preocupações da audiência são simples reflexos de eventos do mundo real. Em termos estatísticos, estes críticos argumentam que as correlações significativas encontradas entre a agenda da mídia e a agenda do público são simplesmente um resultado das fortes correlações existentes entre cada uma destas agendas e as situações do mundo real. (MCCOMBS, 2009, p.47).

O estudo da Teoria da Agenda é dividido em duas dimensões: na primeira, equipara a apresentação de temas na mídia e na agenda pública, identificando a influência; na segunda, analisa a transferência de atributos aplicados a objetos da agenda da mídia para o público. A necessidade de atenção sobre como são abordados os objetos na mídia, de acordo com McCombs (2009, p.113), tem como análise a maneira como jornalistas empregam atributos a cada objetivo - o enquadramento⁷ e o tom (positivo ou negativo) que dão a cada tema - e como o público reage a essas saliências. Segundo o teórico, esta é a maior influência da mídia na opinião pública:

Assim como os objetos variam em saliência, da mesma forma variam os atributos de cada objeto. Estes atributos, naturalmente, podem variar em seu escopo, desde descrições estreitas como sendo “sem graça” até descrições amplas como “gênio literário”. Na Teoria da Agenda, atributo é um termo genérico que engloba o amplo leque de propriedades e indicadores que caracterizam um objeto. (MCCOMBS, 2009, 113).

As situações variam sobre qual mídia - se jornal, televisão, rádio ou internet - pode influenciar mais o público. McCombs (1976 apud WOLF, 2009, p.161-162) credita aos jornais a maior incisão na agenda do público. As informações são divulgadas e suas características influenciam o público de acordo com a atenção dedicada aos assuntos (MCCOMBS, 2009, p.80).

⁷ “[...] enquadramento é a seleção de - e ênfase - nos atributos particulares de uma agenda da mídia quando se tratar de um objeto.” (MCCOMBS, 2009, p.137).

Numerosas características destas mensagens influenciam quantas pessoas lhe prestam atenção e apreendem ao menos alguma porção de seu conteúdo. Matérias de primeira página do jornal têm duas vezes mais leitura do que as que aparecem em suas páginas internas. Matérias com ilustração gráfica atrativa e títulos maiores atraem mais leitores. (MCCOMBS, 2009, p.87).

Em seu estudo, McCombs (2009, p.181) apresentou a análise sobre a agenda da mídia que tem origem no trabalho de relações públicas de outras agendas de assuntos da sociedade moderna. Como subsídio para o trabalho de veículos noticiosos, que trabalham a partir de normas e tradições do jornalismo, estão as fontes oficiais e oficiosas que através de press releases organizam as informações de forma adequada para o aproveitamento nas redações, conforme apontado no capítulo 3.1.

Sem os subsídios fornecidos de forma rotineira pelos profissionais das relações públicas nos setores público, não lucrativo e privado, a agenda da mídia seria consideravelmente diferente em abrangência e conteúdo. Afinal de contas, o agendamento é uma parte significativa do que trata as relações públicas. (MCCOMBS, 2009, p.161).

Um exemplo do controle do agendamento da mídia são as campanhas políticas que não medem esforços para emplacar certo assunto na mídia para tratar de interesses para a publicidade política, “[...] uma vez que estas mensagens são menos óbvias em seu objetivo de usufruto e, portanto, têm mais credibilidade junto ao público.” (MCCOMBS, 2009, p.162). Como elas, agendas de diferentes grupos de interesse se organizam para influenciar as agendas política, midiática e pública. A consequência da influência na mídia e a reação em opiniões do público sobre figuras públicas são chamadas de sugestionamento (MCCOMBS, 2009, 187).

O sugestionamento é uma extensão significativa do agendamento, uma das rotas através da qual a mídia desempenha um papel central na formatação das atitudes e das opiniões. Às vezes, no entanto, estes efeitos do agendamento da mídia têm consequências muito diretas para as atitudes e as opiniões. Este é particularmente o caso para o agendamento dos atributos, onde o impacto pode ser tão dramático como aquele que ocorre nos filmes quando há uma repentina mudança de tons fracos para cores dinâmicas. (MCCOMBS, 2009, p.190).

A Teoria da Agenda, de McCombs (2009, p.14), é como “um mapa intelectual complexo ainda em processo de evolução”. O autor especula ainda que dada a fragmentação de audiências, será possível discutir sobre uma confederação de agendas e não apenas uma agenda pública a partir do surgimento de agendas individuais pautadas por fontes de informações diversas. Para esta pesquisa, a

correlação entre o jornal e assessoria de imprensa foi analisada a partir da teoria, buscando a fusão das agendas com apontamentos sobre seus aspectos acerca da transferência do tema e dos atributos, o viés positivo ou negativo dado às publicações sobre o tema.

6 PRESÍDIO CENTRAL DE POA

Esta pesquisa trata da abordagem dada à superlotação do Presídio Central de Porto Alegre (PCPA), cadeia que teve origem a partir da inauguração da Penitenciária Estadual, em 1959, pensada para ser a maior e mais importante do Estado. O governo de Ildo Meneghetti enfrentava uma realidade cada vez mais alarmante para a administração de Porto Alegre: a população gaúcha chegava aos quinhentos mil habitantes com o êxodo rural e o surgimento de vilas e favelas, resultando em um aumento de 144% no número de cidadãos à margem da sociedade. Além disso, o número de ocorrências policiais também crescia e a Casa de Correção, o Cadeião da Volta do Gasômetro, que viria a ser desativada em 1962, já não dava conta dos problemas de segurança pública da Capital. (DORNELLES, 2008, p.28-30).

A Penitenciária Estadual, instalada na Chácara das Bananeiras, entre os bairros Glória e Partenon, foi projetada inicialmente como o projeto Casa de Prisão Provisória de Porto Alegre, pela Lei nº 2.743 de 29 de novembro de 1955 (DORNELLES, 2008, p.30). O objetivo da casa prisional era “[...] receber homens presos em flagrante e capturados pela justiça, mantendo-os em regime fechado⁸ em situação provisória, isto é, indivíduos que não foram julgados definitivamente.” (SALLIN, 2008, p.16-17). A obra, inaugurada inacabada, era dada como “modelo para a América Latina”, e a primeira parte concluída possuía 13 mil metros quadrados de área com dois pavilhões com capacidade para 300 alojamentos em celas individuais. Um anexo da penitenciária seria construído para o Presídio de Porto Alegre e abrigaria 249 presos sem condenação (DORNELLES, 2008, p.31). Em 1969, o Decreto 19.572 transformou a penitenciária no Centro Penitenciário de

⁸ “É o regime que se caracteriza pelo maior controle e vigilância dos presos, sendo considerado um regime de contenção rigorosa onde o indivíduo cumpre a prisão provisória, preventiva ou a condenação no interior da prisão, sem os benefícios de saídas temporárias ou trabalho externo ao âmbito do presídio.” (SALLIN, 2008, p.17).

Porto Alegre, que além do Presídio Central, era constituída por outras dependências. (DORNELLES, 2008, p.36).

Atualmente, no PCPA, os presos provisórios misturam-se aos condenados e também aos do semi-aberto. “O presídio foi originalmente projetado para ter celas individuais, banheiro, refeitório, em um número máximo de seiscentos presos. Essa proposta, no entanto, nunca se concretizou.” (REPRESENTAÇÃO, 2013, p.5). Nas primeiras décadas de existência, “a história do Central passou a se confundir com as de outras prisões e a do próprio crime no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.” (DORNELLES, 2008, p.11). O controle externo do presídio era responsabilidade da Brigada Militar e o interno era constituído por agentes penitenciários da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe). Com o surgimento de facções e conturbações, a guarnição ficou sob comando da Brigada Militar (SALLIN, 2008, p.18). O Estado é o único onde policiais militares estão na administração de cadeias (PRESÍDIO, 2015).

De acordo com o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, o presídio dos dias atuais é composto por dez pavilhões (A, B, C, D, E, F, G, H, I e J) com nove pátios. Os banheiros das celas individuais eram coletivos e ficavam ao final do corredor de cada galeria. Com o tempo, as celas individuais se tornaram coletivas, com um banheiro improvisado ao centro, “com isso, onde havia lugar para quatro pessoas, passou a haver oito, duplicando assim a capacidade.” (REPRESENTAÇÃO, 2013, p.10).

A construção foi inicialmente projetada por grandes pavilhões, que hoje são denominadas galerias, com celas dos dois lados. Essas celas foram projetadas para uma pessoa só e sem banheiro individual. Havia apenas um banheiro coletivo que ficava nos fundos da galeria. O presídio começou a receber cada vez mais detentos até superlotar. Essa superlotação, associada ao descaso estatal, foi produzindo reflexos danosos dos mais variados níveis, como passaremos a expor. (REPRESENTAÇÃO, 2013, p.6).

O número de presos que o PCPA pode abrigar não passava de 2 069 presos, mas nos dias atuais, e com a demolição do pavilhão C, a superlotação atinge mais que o dobro deste número. Em outubro de 2015, a lotação da casa prisional chegou a 4 289 presos (PRESÍDIO, 2015). O recorde foi registrado em 2011: 5,3 mil detentos. Em 2015, com a baixa de um pavilhão e com a permissão temporária da entrada de condenados, estimativas apontavam que o índice poderia ser

extrapolado em agosto quando a superlotação chegaria a 158,3% acima do suportado (COSTA, 2015). De acordo a Secretaria da Segurança Pública do Estado⁹, a capacidade com um dos pavilhões demolido é de até 1 905 presos e a lotação em agosto chegou a 125,4% acima da capacidade.

O Presídio Central de Porto Alegre, juntamente à Penitenciária Feminina Madre Pelletier, é uma das principais unidades prisionais do Estado. A população carcerária do Rio Grande do Sul, controlada pelo Departamento de Segurança e Execução Penal da Superintendência dos Serviços Penitenciários, chegou, em outubro de 2015, a 30,7 mil pessoas (MAPA, 2015). "A situação do sistema carcerário no Estado do Rio Grande do Sul em pouco se difere da do resto do Brasil que, conforme já mencionado, é um 'inferno carcerário'." (MELLO, 2009, p.25).

6.1 DENÚNCIA NA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

A primeira abordagem a ser analisada nesta pesquisa será o tratamento da denúncia sobre a violação dos direitos humanos no Presídio Central que teve origem em uma vistoria realizada pelo presidente da regional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS), Claudio Lamachia, ao local em abril de 2012 (PRESÍDIO, 2012). A partir disso, a entidade emitiu pedido de inspeção ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul que, na geração de um laudo que foi divulgado à sociedade e culminou na criação do Fórum da Questão Penitenciária¹⁰ em 2012 (SISTEMA, 2012).

Em 10 de janeiro de 2013, o grupo de entidades que constituem o Fórum enviou uma carta de representação em forma de denúncia ao secretário executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), Emílio Alvarez Icaza (REPRESENTAÇÃO, 2013, p.1). O

⁹ Informações adquiridas pela pesquisadora através da assessoria de imprensa da Secretaria da Segurança Pública do Estado em outubro de 2015.

¹⁰ Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul, Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul, Conselho da Comunidade para Assistência aos Apenados das Casas Prisionais Pertencentes às Jurisdições da Vara De Execuções Criminais e Vara De Execução De Penas e Medidas Alternativas De Porto Alegre, Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais e Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. Em 2013, a Clínica de Direitos Humanos UniRitter passou a integrar as reuniões a fim de auxiliar as entidades participantes do Fórum a partir da colaboração de alunos do curso de graduação em Direito e mestrado em Direitos Humanos da instituição (LEIVAS; RIOS; SCHÄFER, 2014).

documento nomeou a prisão como a pior unidade prisional do Brasil (*Ibidem*, p.16) e solicitou medidas cautelares contra a República Federativa do Brasil em favorecimento aos presos condenados e provisórios recolhidos no PCPA, bem como os servidores que lá trabalham, familiares de detentos e visitantes do local (*Ibidem*, p.89).

O presídio sofria com a superlotação das celas que apresentavam o dobro do número de presos suportado (*Ibidem*, p.6). Foram constatadas também situações de constante insalubridade e risco de morte devido à estrutura precária do prédio (*Ibidem*, p.14-15).

Certas responsabilidades administrativas, como o controle de portões das galerias do PCPA, eram delegadas a presos denominados “plantões de chave”, conforme citado no texto, com a explicação de que policiais militares correriam perigo de morte se executassem tal atividade pelo fato de que detentos possuem armas dentro das galerias (*Ibidem*, p.16).

O relatório de representação registrou o agravamento de problemas já apresentados à opinião pública e serviu como uma continuidade dessas denúncias apresentadas em 2009 na análise do sistema penitenciário brasileiro realizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário formada por deputados federais e de uma segunda comissão formada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça do Brasil. A conclusão dos trabalhos denominou o PCPA como “a masmorra do século XXI” e propôs medidas urgentes a serem aplicadas para a solução dos problemas conhecidos (*Ibidem*, p.7-8).

A série de violações aos direitos humanos apontados na carta de representação foi listada conforme apontamentos da Declaração Americana dos Direitos Humanos e Deveres do Homem, de 1948; das Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos formalizadas no Acordo de Genebra, da Organização das Nações Unidas, em 1966; da Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecido como o Pacto de San José da Costa Rica, de 1969 e do protocolo adicional à Convenção em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, conhecido como o Protocolo de San Salvador, de 1988. Em paralelo, as digressões ocorrem no âmbito interno apontados na Constituição da República Federativa do

Brasil, da Lei de Execuções Penais brasileira (Lei 7.210/84), do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03). Foram responsabilizadas pelos direitos humanos violados as seguintes autoridades: presidente da República Federativa do Brasil, ministro da Justiça do Brasil, governador do Estado do Rio Grande do Sul, secretário de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul e o superintendente dos Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul (*Ibidem*, p.53-64).

Em maio de 2013, o Governo Federal emitiu resposta às denúncias apresentadas pelo Fórum da Questão Penitenciária. O documento é composto por 52 páginas com detalhes sobre investimentos em melhorias, mas não consta assinatura de nenhuma autoridade ou órgão responsável e possui a data de registro de dois anteriores ao envio à CIDH/OEA, o que, entre as entidades que fizeram a denúncia e que analisaram a posição do governo, “não repercutiu bem” (COSTA, 2013). No final do mesmo mês, a partir de uma inspeção realizada no presídio para averiguar as melhorias anunciadas, uma réplica com um novo laudo foi enviada à Comissão:

Em coletiva de imprensa realizada na tarde desta sexta-feira, os representantes das entidades postulantes confirmaram que houve alguma melhora, com a construção de uma nova cozinha – que, embora considerada um avanço, não resolve a situação precária da casa prisional, que permanece com as mesmas inadequações: superpopulação carcerária, desmando dentro das galerias (dominadas por facções) e falta de condições sanitárias e problemas estruturais graves, a ponto de o parecer técnico do Ibape/RS¹¹ apontar a desativação como única solução para o Presídio Central, enquanto casa prisional. (COMUNICAÇÃO, 2013).

Em uma nova fase do desdobramento do caso da denúncia, a CIDH/OEA reconheceu as condições do presídio e emitiu, em 30 de dezembro de 2013, notificação ao governo federal para a adoção das medidas cautelares¹² na prisão. Na ocasião, a superlotação chegava a 4 591 presos. O documento, além de apontar a necessidade de acabar com o problema, definiu o caso como irreparável e exigiu a elaboração de um plano de prevenção de incêndio devido os riscos que o local apresenta (OEA, 2014).

¹¹ Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia do Rio Grande do Sul.

¹² Procedimentos judiciais com a pretensão de prevenir, conservar, defender ou assegurar um direito (SANTOS, s/d). No caso do PCPA, as medidas cautelares foram sugestões do Fórum da Questão Penitenciária, o que provocou a reação da OEA que emitiu uma outra medida devido à gravidade do problema.

Após completar um ano da denúncia, o governo federal continuou a reagir com uma resposta à carta da CIDH/OEA em fevereiro. No mês seguinte, as entidades do Fórum da Questão Penitenciária redigiram uma nova carta solicitando a vistoria da CIDH/OEA no PCPA. A entrega do documento foi realizada pela vice-presidente da Associação dos Defensores Públicos do Rio Grande do Sul, Marta Beatriz Tedesco Zanchi, durante uma audiência em Washington, nos Estados Unidos (DUARTE & BORBA, 2014). Ainda em 2014, a União respondeu à medida cautelar notificada pela Comissão e o Fórum voltou a responder; desta vez, com questionamentos no pedido de vistoria no mês de abril (MARINI, 2014). Em julho do mesmo ano, as entidades denunciantes voltaram a pressionar o governo federal para a adoção da medida cautelar emitida no ano anterior pela CIDH/OEA, que “representou um grande avanço para os direitos humanos, porém, na avaliação do Fórum, é preciso que os governos federal e estadual demonstrem o cumprimento dessas ações.” (COMUNICAÇÃO, 2014).

As denúncias sobre a situação do Presídio Central, iniciadas em 2008 pela OAB/RS, seguiram sendo averiguadas pela entidade que deu início à criação do Fórum (WILLRICH, 2014). Em dezembro, a Ordem responsabilizou o poder público pela situação do presídio:

O Conselho Federal da OAB ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5.170), junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), requerendo nova interpretação sobre a responsabilidade do Estado pelos danos morais causados aos detentos - submetidos a condições sub-humanas, insalubres, degradantes ou de superlotação. Para a entidade, o Poder Público é civilmente responsável por tais danos morais, conforme a Constituição Federal, nos artigos 43, 186 e 927 (caput e parágrafo), e o Código Civil. A relatora da ação no STF é a ministra gaúcha Rosa Weber. (SILVA, R., 2014).

Os desdobramentos sobre a denúncia continuaram após a troca de governo. Na última reunião realizada pelas entidades integrantes do Fórum, em agosto de 2015, a questão voltou a ser discutida como ausência de posicionamento dos governos federal e estadual (MATTOS, 2015). Entre as soluções atuais para a superlotação da prisão foram apontadas as obras do Complexo Prisional de Canoas, que prevê 2.800 vagas e da Penitenciária de Venâncio Aires, já concluída, com trezentas vagas destinadas a presos do Central (COMUNICAÇÃO, 2015).

6.2 PROPOSTAS PARA ACABAR COM A SUPERLOTAÇÃO A PARTIR DA GESTÃO TARSO GENRO

As notícias, reportagens e releases analisados neste estudo tratam também das propostas do Poder Executivo para sanar a superlotação do Presídio Central de Porto Alegre. Este tema de segurança pública foi destaque no caderno de propostas do programa de governo de Tarso Genro. Durante a campanha, a ideia de reconstituição de presídios era tida como necessária “para a não proliferação do sentimento de impunidade, em que hoje, efetivamente, presos estão sendo soltos devido à superlotação do sistema carcerário.” (PROGRAMA, s/d, p.14).

Este é um tema central para a economia do estado, pois não há desenvolvimento econômico sem segurança pública, que cada vez mais é considerada um dos fatores determinantes para os investimentos. Por isso, na área da segurança é preciso uma ação rápida do poder público estadual para oferecer respostas satisfatórias à sociedade. É necessário recuperar os efetivos dos servidores da segurança pública, agentes penitenciários, peritos, bombeiros e seus equipamentos, qualificar e reestruturar o sistema prisional, diante do colapso de vagas e da superlotação e, ainda, buscar a partir de 2014 um piso salarial mínimo para os policiais, como está sendo defendido pelo Ministério da Justiça. (*Ibidem*, p.22).

Julgado como uma prioridade para o governo, o sistema prisional seria revisto a partir de uma reestruturação do Conselho Estadual Penitenciário e oportunidades para presos a partir de programas de reinclusão social (*Ibidem*, p.23-24). A maior iniciativa da gestão foi dada a partir de abril de 2014, quando o governador Tarso Genro reuniu-se com secretários para cobrar ações. O objetivo era “chegar ao final de 2014 com o presídio desocupado.” O planejamento previa a criação de novas vagas nos presídios de Charqueadas e Montenegro e também nas prisões com obras a serem concluídas em Venâncio Aires e Guaíba. A principal meta era a construção de um complexo prisional em Canoas com conclusão prevista para o segundo semestre de 2015, em parceria com a iniciativa privada, para concluir a desocupação do PCPA (GOMES, 2013). A desocupação do presídio começou a partir da demolição do pavilhão C, em dezembro de 2014:

Exatamente às 10h da manhã, uma marretada do secretário da Segurança Pública, Airton Michels, na parede do Pavilhão C, simbolizou o início da demolição do Central. A previsão é de que o serviço leve 45 dias, com funcionários trabalhando (alguns deles detentos) de segunda a sexta-feira. O Pavilhão D será o próximo a desaparecer do mapa carcerário do Rio

Grande do Sul. [...] Conforme estimativas do Governo do Estado, com a abertura de novas cadeias e criação de novas vagas no sistema carcerário gaúcho, até o final do ano, serão geradas vagas suficientes para reduzir a população do Central a 500 detentos até o início de 2015. O planejamento estratégico elaborado para o esvaziamento da casa prisional começou em junho, com a remoção de 847 detentos para outras casas prisionais. (ALEGRE, 2014).

A demolição aconteceria, além do C e D, nos pavilhões A, B, E e F. A Susepe previa a construção de uma nova prisão para 1 500 presos temporários da Capital, que se juntaria aos pavilhões G, H, I e J (ALEGRE, 2014). De acordo com dados divulgados pela Secretaria de Comunicação, vinte e uma penitenciárias do Estado foram construídas ou reformadas desde 2011. Foram criadas “[...] 2.870 vagas no regime fechado, o que permitiu atender uma demanda de 40 anos da comunidade de Porto Alegre: a desocupação e demolição do Presídio Central.” (HOFMEISTER & NENÊ, 2014). A transferência dos presos foi suspensa em 2015 pela falta de vagas no sistema prisional gaúcho (PRESÍDIO, 2015).

O assunto ainda foi explorado na carta de compromisso da campanha de Tarso Genro para a reeleição. Constam no balanço da gestão dados que apontam 48,9% na utilização de recursos para melhorias em segurança pública. A Secretaria de Segurança Pública da gestão teria realizado investimentos de R\$ 270 milhões no sistema prisional (SSP, 2014). Entre os investimentos, a conclusão e construção de presídios com 7 097 novas vagas até o final do governo (CARTA, s/d, p.15). Entre as iniciativas estava também a criação de uma galeria exclusiva para o público LGBTs, que foi inaugurada em 2012, com a intenção de diminuir a vulnerabilidade de gays e travestis a doenças sexualmente transmissíveis (MOTTA, 2012) e protegê-los da violência (PRESÍDIO, 2015).

Ainda em dezembro de 2014, a campanha eleitoral do futuro governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, também abordava a demolição do Central. Em entrevista, Sartori declarou que era preciso cautela no processo de demolição da casa prisional e que, para isso, era preciso dialogar com o governo federal (SARTORI, 2014). O governo de Tarso Genro foi acusado de reduzir o nível de investimentos no sistema prisional ocasionando déficit de aproximadamente oito mil vagas (PLANO, 2014, p.22). Uma das propostas de Sartori citadas em seu plano de governo era a criação de um comitê do sistema de justiça criminal para “[...] planejar, articular e coordenar esforços no sentido de melhorar as condições de segurança

pública e da promoção da justiça, respeitando, evidentemente, as atribuições e competências constitucionais e legais das partes." (*Ibidem*, p.23). A principal, sobre o sistema carcerário, era aumentar o número de vagas em prisões e adequar as unidades ao "[...] perfil de periculosidade dos apenados." (*Ibidem*, p.24).

Em 2015, as novas prisões que irão receber presos do PCPA foram inauguradas ou estão em fase de conclusão. No cenário geral, apenas as 74 novas celas construídas para abrigar 500 detentos do Central na Penitenciária Modulada Estadual de Montenegro foram inauguradas em junho de 2014 (VIEIRA, 2014). O investimento foi de mais de nove milhões de reais (SOP, 2012). Esses detentos foram destinados em um grupo de 800 pessoas do PCPA que foram transferidas também para Charqueadas. O acordo seria de que estes ocupariam posteriormente as vagas do Complexo de Canoas, mas mais de 120 detentos retornaram para o Central para não superlotar outras unidades (O inferno, 2015).

A Penitenciária de Estadual de Venâncio Aires, um investimento de 21,6 milhões de reais inaugurado em 2014, passou a receber detentos em março de 2015. A prisão tem capacidade para quinhentos e vinte e nove apenados do regime fechado (MOTTA, 2015). A situação muda quando se trata da Penitenciária de Guaíba, que previa seiscentos e setenta e duas novas vagas no sistema prisional para dezembro de 2014. As obras paradas em 70% por conta de um impasse entre a empreiteira e a Secretaria de Obras (O inferno, 2015).

O principal projeto da gestão de Tarso Genro, o Complexo Prisional de Canoas, ainda não foi inaugurado. A construção da Penitenciária de Canoas I já está concluída e deve receber trezentas e noventa e três vagas, mas para que o local receba presos será necessária a conclusão das obras de mais três unidades, que possuem capacidade para oitocentos e cinco presos cada uma, e a interligação do complexo. "A previsão de conclusão desses serviços é de aproximadamente 120 dias após a sua contratação." (SUSEPE, 2015). No próximo capítulo, a metodologia utilizada nesta pesquisa é apresentada.

7 METODOLOGIA

O presente estudo apresenta uma pesquisa do tipo monográfico que objetiva descobrir respostas para um determinado problema com a utilização de procedimentos científicos (GIL, 2008, p.18-26). Seguindo tais orientações, o problema de pesquisa é: como o agendamento do tema da superlotação do Presídio Central de Porto Alegre aparece nas notícias e reportagens do jornal Zero Hora e nos releases do site do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 2014? A hipótese do estudo é de que os textos publicados no site do Governo do Estado enfatizam soluções para a superlotação do presídio enquanto os textos do jornal destacam mais os problemas da administração do Central. Além disso, o estudo busca apontar se há um agendamento ora do jornal para o governo e ora do governo para o jornal. Diante disso, foram mobilizados conceitos da Teoria da Agenda e da análise de conteúdo.

A análise de conteúdo busca explicar o processo de produção e recepção de notícias através do estudo das mensagens sem que haja intromissão do pesquisador no objeto de estudo (HERSCOVITZ, 2007, p.124). O método é usado desde o século XVIII nas ciências humanas e sociais, mas passou a ser frequentemente utilizada a partir do início do século XX e continuou sendo cada vez mais utilizada com a disposição de conteúdos na Internet (FONSECA JÚNIOR, 2005, p.280-281). O surgimento da análise de conteúdo da mídia deu-se em 1927, nos Estados Unidos, pelo teórico Harold Lasswell, para quem o método “descrevia com objetividade e precisão o que era dito sobre um determinado tema, num determinado lugar num determinado espaço.” (HERSCOVITZ, 2007, p.124).

A ideia de que a análise de conteúdo é um método eficiente e replicável que serve para avaliar um grande volume de informação cujas palavras, frases, parágrafos, imagens ou sons podem ser reduzidos a categorias baseadas em regras explícitas, previamente definidas com o objetivo de fazer inferências lógicas sobre mensagens, consagrou-se na segunda metade do século XX com os trabalhos seminais de Klaus Krippendorff (2004) e de Robert Weber (1990). (HERSCOVITZ, 2007, p.125).

O uso da metodologia para esta pesquisa justifica-se por ser um modo de analisar textos, na esfera do emissor, a partir da escolha de uma amostragem não-probabilística “com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação.” (HERSCOVITZ, 2007, p.126-127).

O método de análise original, de acordo com Bardin (1998 apud FONSECA JÚNIOR, 2005, p.288), está estruturado em cinco etapas: organização da análise; a codificação; a categorização; a inferência; e o tratamento informático. Fonseca Júnior (2005, p.290) estipula três fases cronológicas: a pré-análise (1), onde se elabora o planejamento da pesquisa; a exploração do material (2) para organização sistemática da análise e, por fim, o tratamento dos resultados obtidos e a sua interpretação (3) para propor as inferências. Esta pesquisa utiliza os procedimentos metodológicos descritos acima. Na pré-análise, foram selecionados os textos que têm relação com o tema da pesquisa e a partir disso realizada a codificação, explicada adiante. A exploração do material foi a definição do que serviria para a análise, bem como o descarte dos textos que não se encaixaram na delimitação, a partir de uma análise prévia das inferências que serviram para a melhor interpretação dos dados.

A escolha da análise de conteúdo como método de pesquisa deu-se também por sua natureza quali-quantitativa e a possibilidade de estudo de processos institucionais na área de comunicação organizacional. Desta maneira, o estudo pôde abordar dados quantitativos e qualitativos sobre o tema trazendo o estudo do “[...] significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido.” (HERSCOVITZ, 2007, p.126).

Para este método, a técnica de pesquisa deu-se de forma documental e bibliográfica, onde foram pesquisados autores que conceituassem as principais palavras-chaves do projeto, que deram sustentação para a pesquisa (Jornalismo; Assessoria de Imprensa; Comunicação Pública; Teoria da Agenda; Presídio Central de Porto Alegre.). Maxwell McCombs (2009), Jorge Duarte (2011; 2012), Mauro Wolf (2009), Nilson Lage (2006; 2011), Nelson Traquina (2013) e Maristela Mafei (2012) são alguns dos principais autores consultados na pesquisa bibliográfica.

Após a definição do método e técnica de pesquisa, foi realizada a seleção dos textos. A forma escolhida é a não-probabilística e não-aleatória, direcional, de tipicidade e intencional por escolha da pesquisadora, que analisou dois veículos específicos (cópia digital da versão impressa do jornal Zero Hora e site do Governo do Estado do Rio Grande do Sul). A escolha justifica-se também pelo evento escolhido para delimitação da pesquisa (superlotação do PCPA) com ocorrência em um período específico (o ano de 2014). Gil (2008, p.89) cita a escolha de uma amostragem não-probabilística como frequente pois assim trabalha-se com uma pequena parte dos elementos que compõem um universo. Neste caso, busca-se a abordagem sobre a superlotação do presídio somente em dois veículos diferentes de duas esferas diferentes; o jornal de um grupo de comunicação e o site de uma assessoria de imprensa.

A primeira etapa de pesquisa para a constituição da amostra seguiu a regra da homogeneidade, definida por Fonseca Júnior (2005, p.293), onde “[...] os documentos obtidos devem ser da mesma natureza, do mesmo gênero ou se reportarem ao mesmo assunto.”. Para selecionar as notícias e reportagens do jornal Zero Hora, consultado na cópia digital da versão impressa, o termo “presídio” e “Central” foram procurados em todas as reportagens de capa do ano de 2014. Já para a seleção dos releases do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a palavra-chave buscada no site da assessoria de imprensa governamental foi “presídio”, registrando os resultados ao ano determinado para a pesquisa, para abranger o maior número possível de textos com assuntos ligados ao Presídio Central de Porto Alegre. Ao todo, 71 textos fazem parte da primeira seleção (Apêndice A).

Para a codificação de cada uma das notícias, reportagens e releases, foram definidas “[...] regras de enumeração, agregação e classificação, visando esclarecer o analista sobre as características do material selecionado.” (BAUER, 2002 apud FONSECA JÚNIOR, 2005, p.294). Desta maneira, na tabulação dos resultados, a unidade de registro tomada como referencial para notícias ou reportagens foi determinada como ZH.dia.mês, levando em conta que a informação do ano não era necessária porque todos textos são de 2014. Para releases, a codificação foi similar, com o acréscimo de um diferencial, já que mais de um release poderia ser publicado

em um mesmo dia; sendo assim, a unidade de registro ficou como R.dia.mês.hora.minuto, conforme exemplo: R.3.1.14h46.

A técnica de análise dos dados obtidos utilizada para este estudo utiliza-se da metodologia citada por Fonseca Júnior (2005, p.301) como categorial, considerada pelo autor como a mais antiga e a mais utilizada neste método. Desta maneira, o objetivo é reagrupar as unidades de registro a fim de tornar mais compreensível a visualização dos dados reunidos em categorias. Nisto, a pesquisa começou a analisar a inferência das mensagens selecionadas.

Na análise de conteúdo, a inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada. Assim como o arqueólogo ou detetive trabalham com vestígios, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência, tirando partido do tratamento das mensagens que manipula, para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor ou sobre o destinatário da comunicação. (BARDIN, 1988 apud FONSECA JÚNIOR, 2005, p.284).

A fim de mapear os textos selecionados para o estudo, duas categorias foram criadas a partir da revisão bibliográfica sobre jornalismo e assessoria de imprensa: solução e problema. Solução compreende todos os textos que ditam alguma proposta para amenizar ou acabar com a problemática da superlotação do Presídio Central e se aproxima do campo profissional da assessoria de imprensa que busca construir uma imagem positiva para seu cliente e, no caso de um governo, busca destacar o protagonismo público. Já a categoria problema para esta pesquisa é o grupo que compreende textos que apontam a superlotação como uma questão crítica para a segurança pública do estado, bem como outras ocorrências que são deliberadas como morte de presos no interior do presídio, apreensão de armas e celulares, demora para a desativação de pavilhões e outros assuntos que serão abordados na análise, e se aproxima da abordagem esperada pelo campo do jornalismo.

A partir disso, foram encontrados no jornal quatorze textos (notícias e reportagens) e cinquenta e sete releases no site estudado. Entre os textos selecionados, foram considerados pertinentes para a pesquisa todas as 14 notícias e reportagens da versão digital do jornal Zero Hora e apenas 20 releases do Governo do Estado. Foram considerados sem relevância para a pesquisa textos que citam presídios que não tenham relação com o PCPA e outras informações que não

se encaixaram na delimitação da pesquisa como programas sociais, como o Jovem Aprendiz, que teve o desdobramento relatado em três releases, e construções de presídios ou novas vagas que não foram iniciativas dadas como soluções para a superlotação da cadeia em questão. Os textos descartados estão listados no Apêndice B. Portanto, o primeiro recorte para a formação da amostra desta pesquisa (Tabela 1) selecionou 34 textos, sendo 24 categorizados como solução e 11 como problema; vale observar que entre os 20 releases acessados no site do governo gaúcho, apenas um deles encaixou-se nas duas categorias.

Tabela 1 – Primeira etapa de seleção da amostra

OBJETOS	SOLUÇÃO	PROBLEMA	TOTAL
Governo	20	1	21
Zero Hora	4	10	14

Fonte: dados trabalhados pela autora.

Nesta primeira seleção, a pesquisa traz ainda os quadros com todos os textos de cada um dos objetos de pesquisa divididos conforme a primeira leitura a fim de demonstrar a categorização problema e solução. O quadro a seguir apresenta a manchete do único release do site do Governo do Estado classificado na categoria problema.

Quadro 1 - Releases do site do governo na categoria problema

REFERÊNCIA	MANCHETE
R.12.8.16h56	Secretaria de Segurança questiona suspensão de transferências do Presídio Central

Fonte: dados trabalhados pela autora.

Ainda na categoria problema, as manchetes selecionadas das notícias e reportagens de Zero Hora foram:

Quadro 2 - Notícias e reportagens de Zero Hora na categoria problema

REFERÊNCIA	MANCHETE
ZH.3.1	OEA cobra solução para o Central
ZH.15.1	Um celular para cada dois presos no Central

ZH.19.1	Como morrem os presos no Estado
ZH.18.3	20 minutos na pior cadeia do país
ZH.24.7	Justiça barra uso de tornozeleiras
ZH.12.8	Fim da superlotação do Central exige 384 agentes penitenciários
ZH.13.10	Uma vergonha mais perto do fim
ZH.5.12	Desativação ainda longe do fim
ZH.30.12	Festa com cocaína
ZH.31.12	Reação à farra

Fonte: dados trabalhados pela autora.

Os releases classificados na categoria solução revelam que todos os textos do Governo do Estado encaixaram-se nesta categoria.

Quadro 3 - Releases do site do Governo do Estado na categoria solução	
REFERÊNCIA	MANCHETE
R.3.1.14h46	Nota sobre a situação do Presídio Central
R.17.1.15h28	Governador visita nova unidade de saúde e vistoria obras de presídio e saneamento em Canoas
R.17.3.19h32	Presídio Central recebe visita do presidente do STF, Joaquim Barbosa
R.27.3.18h43	Susepe enviará informações periódicas ao Fórum da Questão Penitenciária sobre o Presídio Central
R.14.4.16h26	Secretário recebe comitiva peruana que verifica sistema de construção de presídios no Estado
R.24.6.11h52	Começa a transferência de apenados do Presídio Central de Porto Alegre
R.3.7.14h13	Equipamentos da Susepe usados na Copa do Mundo serão distribuídos nos presídios
R.7.7.16h56	PGE obtém liminar para concluir obras do Presídio de Venâncio Aires
R.31.7.16h36	Obras do Presídio de Canoas já estão 50% concluídas
R.12.8.16h56	Secretaria de Segurança questiona suspensão de transferências do Presídio Central
R.15.9.17h47	Transferências de presos do Presídio Central têm continuidade
R.16.9.16h45	Susepe propõe força-tarefa para inauguração dos presídios de Venâncio Aires e Canoas

R.25.9.16h51	Presídio Central troca de comando
R.26.9.16h03	Desocupação do Presídio Central será retomada na segunda-feira
R.29.9.17h28	Susepe retoma transferências de apenados do Presídio Central
R.10.10.17h17	Governador e autoridades visitarão pavilhão do Central que será demolido
R.13.10.17h45	Demolição de pavilhão do Presídio Central é marco do sistema prisional gaúcho
R.13.10.18h57	Demolição do Presídio Central de Porto Alegre começa nesta terça-feira
R.14.10.12h34	Estado inicia a demolição do Presídio Central de Porto Alegre
R.16.12.10h47	Demolição do Presídio Central atende a demanda de 40 anos

Fonte: dados trabalhados pela autora.

Já as notícias e reportagens classificadas na categoria solução a partir de suas manchetes são mais raras:

Quadro 4 - Notícias e reportagens de Zero Hora na categoria solução	
REFERÊNCIA	MANCHETE
ZH.10.3	Quatro mil processos em análise
ZH.19.3	Como desafogar o Presídio Central
ZH.30.9	Presos são transferidos para esvaziar pavilhão
ZH.26.12	O que espera a nova cúpula

Fonte: dados trabalhados pela autora.

A segunda e última etapa de recorte dos textos que fizeram parte da amostra da análise qualitativa partiu da observação das correlações diretas de data de publicação entre notícia, reportagem e release conforme o mapeamento inicial (Apêndice A). A correlação de datas utilizada como critério de corte porque ela sugere um processo de agendamento entre as saliências ora da agenda do jornal e ora da agenda da assessoria. Assim a transferência de saliência entre agendas foi considerada para análise qualitativa em seis correlações de data (Quadro 5). Para cada correlação, a seleção partiu do princípio de que há reflexo de uma publicação em um veículo para outro; em alguns casos, mais de uma publicação levou a mais de uma ocorrência de agendamento.

Quadro 5 – Correlações selecionadas para a análise qualitativa

CORRELAÇÃO	MÊS	DIA	ZERO HORA	GOVERNO
------------	-----	-----	-----------	---------

1	JANEIRO	3	ZH.3.1	R.3.1.14h46
2	MARÇO	17	-	R.17.3.19h32
		18	ZH.18.3	-
		19	ZH.19.3	-
3	AGOSTO	12	ZH.12.8	R.12.8.16h56
4	SETEMBRO	29	-	R.29.9.17h28
		30	ZH.30.9	-
5	OUTUBRO	10	-	R.10.10.17h17
		13	ZH.13.10	R.13.10.17h45
			-	R.13.10.18h57
6	DEZEMBRO	5	ZH.5.12	-
		16	-	R.16.12.10h47

Fonte: dados trabalhados pela autora.

Ao todo, 15 textos foram analisados (7 do jornal e 8 da assessoria). Na análise qualitativa, o sentido implícito nas unidades de registro recortadas do texto também foi considerado.

A pesquisa das correlações objetivou apontar se houve agendamento de atributos, ou seja, transferência de saliência de um veículo a outro a partir das informações publicadas e sua ordem, se da mídia para o poder público, vice-versa ou ambos.

A análise, a partir da disposição da natureza da pesquisa, técnica de coleta de dados, informações sobre a amostragem e as técnicas, traz o estudo em si e seus resultados. Conforme explica Gil (2008, p.156), a análise organiza os dados para o fornecimento de respostas para a investigação em questão. A interpretação destes dados selecionados de notícias, reportagens e releases sobre a superlotação do Presídio Central de Porto Alegre, foi realizada a partir da ligação dos conceitos desenvolvidos em capítulos anteriores. O resultado aponta que a hipótese inicial da pesquisa se confirmou, que o agendamento entre a assessoria de imprensa e jornal foi confirmado, e que os textos do site do governo estadual enfatizaram soluções para a superlotação enquanto o jornal destacou os problemas da administração do local. As evidências encontradas na análise são apresentadas no próximo capítulo.

8 ANÁLISE DE RESULTADOS

A abordagem do tema da superlotação do Presídio Central de Porto Alegre analisada nas notícias e reportagens do jornal Zero Hora selecionadas na amostra foi, em sua maioria, desfavorável ao modo como a superlotação do Presídio Central de Porto Alegre vinha sendo tratada pelo governo estadual. Já no site do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, todos os releases foram categorizados como solução por apontarem medidas favoráveis para a administração do problema de superlotação do Central. Apenas um texto encaixou-se nas duas categorias, problema e solução.

Deste modo, a hipótese da pesquisa foi confirmada. O jornal, com cinco textos categorizados como problema e apenas dois como solução, abordou o tema da superlotação com atributo mais negativo, ressaltando seus problemas e a falta de eficiência da administração pública. Ao contrário do que fez o site do Governo do Estado, confirmando também a hipótese que publicou mais textos com atributos positivos sobre as soluções para a superlotação, amenizando o viés negativo do problema agendado inicialmente por organizações da sociedade.

8.1 CORRELAÇÃO Nº 1

O primeiro caso de correlação foi o das publicações do dia 3 de janeiro de 2014 (Apêndice C). Nesta situação, o tema de ambos objetos teóricos trata sobre uma notificação emitida em dezembro de 2013 pela Organização dos Estados Americanos ao governo federal pela violação de direitos humanos no Presídio Central. Entretanto, o jornal foi o primeiro a ser agendado pela decisão da CIDH/OEA. A capa da versão digital do jornal Zero Hora (ZH.3.1) trouxe a manchete “Segurança deve ser retomada pelo Estado, diz OEA”, indicando, através da chamada para a notícia a ser lida na página 36 da editoria Polícia, o tom negativo referente ao tema da superlotação do Central, pois a manchete dá a entender que não há controle pelo poder público. Já a nota oficial veiculada no início da tarde no site do Governo do Estado (R.3.1.14h46) é, claramente, um reflexo da edição do jornal, o que nos indica uma primeira transferência de saliência de tema do jornal Zero Hora para a assessoria de imprensa do Executivo, já que a mesma não

respondera até o momento à notificação da CIDH/OEA, que implicou diretamente com a administração do presídio no período. A partir disso, analisamos os atributos destacados de cada objeto teórico.

Em ZH.3.1, a notícia “OEA cobra solução para o Central”, acompanhada da cartola Direitos Violados, traz cinco trechos que indicam sua categorização como problema. Isto porque a notícia informa um acontecimento (a notificação da CIDH/OEA ao Estado brasileiro) que possui, em si, características negativas sobre como o poder público administra o Presídio Central e propõe medidas para sanar o problema da superlotação, conforme unidade de registro a seguir recortada da abertura do texto do jornal:

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA), recomenda que o Estado recupere o controle da segurança do Presídio Central, reduza o número de detentos e adote medidas para garantir a integridade dos presos. (ZH.3.1)

No segundo trecho destacado da notícia, uma das fontes, o diretor de Assuntos Constitucionais da Ajuris, juiz Gilberto Schafer, trata de uma informação que teve origem em uma ação da associação a qual o mesmo participa, ou seja, a primeira fonte introduzida no texto tem relação direta com a informação tratada e o tema. A unidade de registro a seguir recortada do texto trouxe o posicionamento do juiz:

Emitida no dia 30 de dezembro, a medida cautelar da CIDH estabelece o prazo de 15 dias para que sejam feitas adequações. Conforme o juiz Gilberto Schafer, diretor de Assuntos Constitucionais da Ajuris, a decisão mostra que o direito à vida e à integridade dos detentos do Presídio Central é considerada internacionalmente grave. (ZH.3.1)

Assim como a fonte escolhida para ser a primeira a ter voz, mais duas que foram ouvidas deram o parecer a favor da cobrança de medidas ao poder público. Somente em um pequeno intertítulo, juntamente com citações das fontes anteriores, a posição do governo foi dada através da palavra do chefe da Superintendência dos Serviços Penitenciários, Gerson Treiesleben. Conforme unidade de registro recortada do texto, ele informou que o órgão não foi notificado “nem por meio eletrônico, nem físico. Como não sei o teor da medida cautelar, não vou me manifestar.” (ZH.3.1). Entretanto, a posição do governo sobre a situação mudou após a publicação do jornal. Após o agendamento, a assessoria de imprensa

publicou texto “compartilhando das mesmas preocupações” e declarando que "a situação do Presídio Central de Porto Alegre será resolvida até o final de 2014." (R.3.1.14h46), o que leva a entender que jornal provocou na assessoria de imprensa a publicação de uma resposta oficial sobre a denúncia.

Ao longo do texto da notícia de Zero Hora foram apontados os problemas alegados na notificação da CIDH/OEA, originados a partir da denúncia do Fórum de Questão Penitenciária no início de 2013. Entretanto, no release emitido como nota oficial da Secretaria da Segurança Pública publicado no site do governo, as informações destacadas apresentam as medidas que estavam sendo tomadas no período para solucionar os problemas indicados pela organização internacional. Observando desta maneira, a partir dos trechos em que o poder público emite a nota “compartilhando das mesmas preocupações” e que “trabalha para resolver este problema histórico”, tornando o objetivo de terminar com a superlotação do Central como “uma das principais metas do governo” que “será resolvida até o final de 2014”, o primeiro release analisado nesta pesquisa foi categorizado como uma solução. Sendo assim, o que observamos é que a assessoria de imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul reagiu ao conteúdo veiculado pelo jornal Zero Hora, havendo ali a transferência de saliência sobre o tema, mas sem os mesmos atributos, pois o assessoramento do órgão prezou por seus interesses, que indicam ser informar que estão tomando medidas como soluções para o problema. Como esperado, a primeira correlação analisada aponta que o jornal é desfavorável ao tema da superlotação, apontando seus problemas e trazendo o assunto à opinião pública, enquanto a assessoria de imprensa busca ser favorável ao apontar a solução para o tema. Houve, portanto, agendamento do tema, mas não do atributo.

As próximas correlações que foram analisadas possuem ligação direta com esta primeira, pois a partir da notificação da CIDH/OEA ao Estado brasileiro e, por consequência, ao governo gaúcho, as ações objetivando o Presídio Central foram comunicadas pela assessoria de imprensa e jornal com maior frequência e intensidade ao longo de 2014.

8.2 CORRELAÇÃO Nº 2

A segunda correlação percebida na amostra da pesquisa traz o conjunto de três publicações seguidas dos dias 17 a 19 de março de 2014 (Apêndice D), onde o principal assunto foi a visita do então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, ao Presídio Central de Porto Alegre. O primeiro texto analisado foi o release R.17.3.19h32, onde, em formato jornalístico, a assessoria de imprensa apresenta o ocorrido.

Conforme os trechos selecionados do texto publicado no site, a visitação do Central nada mais foi do que a constatação dos problemas da cadeia e o apontamento de soluções. Na unidade de registro a seguir, a impressão do ministro recortada do texto:

“As condições que vi aqui são semelhantes a muitos presídios brasileiros, parece ser uma questão cultural essa percepção que há na sociedade brasileira de que a pessoa encarcerada perde a totalidade de seus direitos”, ressaltou Joaquim Barbosa. (R.17.3.19h32).

O primeiro trecho destaca a impressão do ministro acerca das condições do presídio, que considerou semelhantes às de outras cadeias do país. As citações seguintes trouxeram a impressão do secretário da Segurança Pública do Estado, Airton Michels, reafirmando a busca pela solução do problema de superlotação e, em seguida, informando a destinação de recursos federais para a construção de novos presídios.

Já no segundo texto analisado (ZH.18.3), o evento é abordado em uma reportagem especial de duas páginas o jornal Zero Hora com apontamentos sobre as impressões do ministro Joaquim Barbosa sobre o Central. A unidade de registro a seguir traz um recorte do início do texto onde o repórter comparou a duração da visita do ministro com a coletiva concedida logo após e destacou a primeira impressão de Barbosa:

Durante os 35 minutos que permaneceu no palco - quase duas vezes o tempo da inspeção -, traçou um retrato da falência do sistema prisional: - Com certeza, o preso não sai recuperado daqui. Em alguns casos, vai sair daqui muito pior do que entrou, enraivecido, brutalizado - disse. (ZH.18.3).

Em contraponto ao release da assessoria de imprensa, a reportagem especial trouxe declarações do ministro que não minimizavam a situação de precariedade do

presídio, mas que indicavam o motivo da visita, que seria uma vistoria diante da preocupação institucional, conforme diz, no texto, o promotor Gilmar Bortolotto:

Para o promotor Gilmar Bortolotto, a presença de Barbosa no Presídio Central representa a preocupação institucional com uma realidade que precisa ser modificada. - Conhecendo a história pública do ministro, ele certamente não vai concordar com as condições do presídio, aliando-se aos esforços no sentido de que o Central deixe de existir - avalia Bortolotto, da promotoria de fiscalização de presídios. (ZH.18.3).

No intertítulo “O simbolismo de um ato”, o jornal volta a citar a denúncia realizada pelo Fórum da Questão Penitenciária à CIDH/OEA e apontou, ainda, em um infográfico, o “histórico de problemas” indicando uma linha do tempo das precariedades constatadas até o momento e a contagem de presos nos anos de 1995, 2010 e 2014. Desta maneira, a reportagem reflete o tema tratado no release gerado no dia da visita, acusando assim a transferência de saliência, mas não endossa os aspectos apontados no primeiro texto analisado. Ambos são de categorias opostas, mas a reportagem busca comunicar o ocorrido em seu contexto, apoiando-se nos princípios básicos de uma reportagem bem apurada (pesquisa, observação, entrevista e documentação), já que a notícia tornou-se uma reportagem especial devido aos valores-notícia levados em conta como relevância e proximidade. A cobertura do fato deu-se nos dois textos por ser uma visita oficial, ou seja, um evento programado. Desta maneira, não há sinais de que a assessoria do governo agendou o jornal por suas ações, mas pelo nível de importância do que ocorreu.

O terceiro texto analisado (ZH.19.3) pode ser entendido como um desdobramento/suíte do que já foi informado nos dois dias anteriores. A capa do dia 19 de março de 2014 trouxe como manchete principal, sem foto, “Para onde o governo levará 1,7 mil presos do Central”. Como apoio para a notícia a ser lida na editoria de Polícia, a promessa do Governo do Estado de transferir 40% da população carcerária do presídio para outras unidades até agosto daquele ano. O lide do texto, primeira unidade de registro destacada, traz a informação do anúncio do governador Tarso Genro sobre o início das transferências de presos do Central para as cadeias de Charqueadas e Montenegro, onde seriam criadas novas vagas, e nas penitenciárias em construção nos municípios de Venâncio Aires e Canoas.

Sem inaugurar uma só cadeia desde o começo de sua gestão, em 2011, o governador Tarso Genro (PT) anunciou ontem que 1.693 (38,1%) dos 4.441 dos detentos do Presídio Central de Porto Alegre serão transferidos para outros estabelecimentos até agosto. (ZH.19.3).

O tom dado à notícia no primeiro aspecto foi considerado como negativo, pois o início do primeiro parágrafo traz a informação de que o governo Tarso Genro não havia inaugurado uma prisão sequer desde o início do mandato. Entretanto, os outros trechos destacados indicam a categorização do texto como solução, pois o motivo da publicação existir foi um anúncio do governo, apontando para uma solução, embora o tom do texto ter sido predominantemente negativo. Além disso, a notícia trouxe apontamentos sobre a medida e sua avaliação pelo Ministério Público e o Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado e a inclusão do governador Tarso Genro na lista de governantes que anunciaram o fim da prisão desde 1995.

A avaliação da pesquisadora sobre estes três textos parte da sucessiva demonstração do agendamento da assessoria de imprensa do Governo do Estado no veículo noticioso. Ainda que não havendo transferência de atributos em um primeiro momento, as ações que o poder público deliberou tomaram lugar nas capas do principal jornal do sul do país. Deste modo, a comunicação pública exercida pela assessoria de imprensa pôde atingir seu público final através da veiculação das ações no jornal, ainda que o tom da reportagem especial e da notícia tenha exercido certa emissão negativa sobre os acontecimentos.

8.3 CORRELAÇÃO Nº 3

A terceira correlação selecionada da amostra (Apêndice E) traz um novo agendamento do jornal ao poder público. A notícia (ZH.12.8), diagramada no novo projeto gráfico da versão digital do jornal Zero Hora, traz a notícia da suspensão da transferência de presos do Presídio Central pela exigência, por ordem judicial, da contratação de mais agentes penitenciários. No texto, a desativação do presídio sugerida pelo governo é tratada como “hipotética”, e os aspectos destacados, inclusive com citação de fontes, voltam a reforçar o tom negativo sobre a questão, conforme unidade de registro a seguir recortada do texto:

Acolhendo o pedido de liminar, o juiz Martin Schulze justificou a decisão em seu despacho: “Simplesmente transferir a problemática deste presídio para uma construção nova em nada resolverá o sistema prisional como um todo e, por óbvio, será transformar o prédio novo em similar ao que se

determinou desativar. A solução além dos prédios, passa pela contratação de servidores em número adequado para o controle da população carcerária". (ZH.12.8).

A posição do poder público foi publicada no texto do jornal, mais uma vez, como uma declaração da Superintendência dos Serviços Penitenciários dizendo que o órgão não foi notificado até aquele momento.

Repercutindo o agendamento, o release (R.12.8.16h56) traz a posição do governo de questionar a decisão da Justiça publicamente, reiterando a contratação de um número de agentes penitenciários superior ao solicitado pelo Poder Judiciário.

Sobre a alegação do Poder Judiciário de que faltam agentes penitenciários para tomarem conta dos apenados, o Governo do Estado reitera que já foram chamados 800 agentes penitenciários e há um concurso em andamento para mais 600. É praticamente o dobro dos 1.600 servidores que havia em 2011, uma estrutura nunca vista no sistema penitenciário do Estado. 'O fato mais surreal que poderia acontecer seria manter os presos em situação precária e não poder levá-los para os presídios novos', concluiu Airtón Michels. (R.12.8.16h56).

Houve transferência de atributos claramente definidos com origem na ordem expedida pela Justiça. Podemos questionar, uma vez que o jornal não publicasse tal decisão, anulando seu dever como ferramenta de comunicação e interação entre governo e povo, deixando de agir como propósito de interesse público, se o Executivo iria comunicar o fato em seu site.

Por tais observações, ambos textos foram categorizados como problema. O release, entretanto, foi considerado também como solução, já que a partir dele o governo gaúcho se posicionou e buscou mostrar-se como atuante na questão ao acusar suas ações. A transferência de presos foi retomada um mês após a ação do Judiciário e faz parte da próxima correlação que foi analisada.

8.4 CORRELAÇÃO Nº 4

Como desdobramento do caso da suspensão através de ordem judicial, a volta da transferência de presos do Central também foi um tema agendado. Desta vez, o site do governo do Estado publicou release (R.29.9.17h28), na tarde do dia 29 de setembro de 2014, e a notícia agendou a capa da versão digital do jornal Zero Hora do dia seguinte (Apêndice F). Com tom positivo e já apostando na desativação do pavilhão C do presídio para o mês seguinte, o texto publicado pela assessoria de

imprensa do governo trouxe apenas uma fala, a do superintendente Gerson Treiesleben, que definiu o objetivo de solucionar a questão da cadeia como prioridade. A posição dada pelo superintendente não foi transferida para a notícia veiculada no jornal (ZH.30.9), mas o tom positivo imperou no texto, que destacou o “ritmo acelerado” da retomada das transferências e a posição do governo visando a demolição do pavilhão e a desativação de metade da cadeia até o final do ano.

A notícia ZH.30.9 foi a terceira dos quatro textos categorizados como solução e a segunda a fazer parte desta análise. Neste caso está presente o fenômeno do sugestionamento, da Teoria da Agenda, onde a constante participação da comunicação pública na mídia sugere o estímulo do debate público. É a partir de processos como este que o poder público acaba influenciando a imagem que a sociedade constrói sobre suas ações, impactando na geração de uma opinião pública favorável ao que pretende, que é a desativação do Presídio Central de Porto Alegre.

8.5 CORRELAÇÃO Nº 5

Conforme o tempo avançava e o ano de 2014 chegava próximo do fim, durante a campanha à reeleição, a assessoria de imprensa do governador Tarso Genro intensificou a divulgação das ações do Governo do Estado. Nesta correlação, o primeiro texto analisado foi um aviso de pauta (R.10.10.17h17) para a última visita institucional, marcada para o dia 13 de outubro de 2014, ao pavilhão C do Presídio Central de Porto Alegre antes da demolição. O principal aspecto da pauta foi transferido para a reportagem especial publicada no jornal Zero Hora três dias depois (ZH.13.10), que foi o anúncio da visita (Apêndice G). Entretanto, a pauta foi desenvolvida em um período maior do que três dias de apuração e elaboração por seu conteúdo ser muito bem elaborado. A reportagem enquadrou o Central como uma “vergonha” logo na manchete, um “símbolo da falência do sistema carcerário” na linha de apoio da reportagem e “um ícone do descaso” no lide da reportagem, que noticiou a demolição do pavilhão prometida para o próximo dia. Todos estes destaques conferem à reportagem um tom negativo e desfavorável ao tema da superlotação, conforme a unidade de registro a seguir:

A demolição do Presídio Central de Porto Alegre começa amanhã, colocando abaixo um ícone do descaso com a população carcerária. Um

dos prédios da estrutura original da cadeia erguida há 55 anos, o pavilhão C foi palco de motins e assassinatos, além de embrião do crime organizado e da guerra entre facções no Rio Grande do Sul. Até os seus últimos dias, segue gerando controvérsias. (ZH.13.10).

A reportagem de Zero Hora, nas unidades de registro destacadas do texto, volta a abordar a imagem negativa da prisão retomando a CPI do Sistema Carcerário da Câmara dos Deputados, onde foi definido como o pior presídio do país e a denúncia à OEA. A partir deste ponto, a publicação pode ser classificada como um seguimento das matérias já publicadas no ano de 2014. Além disso, em uma contextualização muito bem apurada, um intertítulo conta as histórias mais “temidas” das galerias do pavilhão a ser demolido. O aviso de pauta do governo foi encaixado na segunda página também em um intertítulo. Nesta data, a superlotação do presídio chegava a 75% acima da capacidade.

No terceiro texto desta correlação, a visita do governador Tarso Genro acompanhado da secretária do Ministério da Justiça Nacional, Regina Miki, e outras autoridades, foi noticiada no site do governo do Estado e a demolição do prédio C rotulada como um “marco do sistema prisional gaúcho” (R.13.10.17h45). O texto do release foi escrito em tom positivo, destacando as declarações das autoridades sobre como a destruição de parte da cadeia representaria para a história do Rio Grande do Sul. Na unidade de registro a seguir, a definição “um símbolo da falência do sistema carcerário” na fala do governador é a mesma que foi utilizada pelo jornal:

O planejamento estratégico elaborado pelo Governo do Estado para o esvaziamento da casa prisional - que chegou a abrigar 5,2 mil presos em 2010 - começou em junho deste ano com a remoção de 847 detentos para outras casas prisionais. O governador Tarso Genro acompanhou as autoridades e destacou a mudança no sistema prisional gaúcho. 'Esse é um momento histórico que marca a primeira ação concreta para solucionar a situação dramática que se tornou o Presídio Central, um símbolo da falência do sistema carcerário. Era nosso compromisso com a sociedade enfrentar esse processo para acabar com essa masmorra e oferecer uma estrutura prisional mais digna', afirmou Tarso. (R.13.10.17h45).

Em dado momento, uma declaração do secretário da Segurança Pública afirma que a gestão estaria “solucionando um problema que se arrasta há 40 anos”. As notícias sobre a demolição publicadas a partir deste dia, durante o mês de outubro, não refletiram nas capas da versão digital do jornal Zero Hora, portanto, não houve agendamento neste período.

8.6 CORRELAÇÃO Nº 6

A última correlação analisada nesta pesquisa traz duas publicações do mês de dezembro de 2014 (Apêndice H), momento em que a gestão de Tarso Genro estava prestes a acabar e que começavam os balanços sobre os quatro anos de mandato. A capa da versão digital do jornal Zero Hora do dia 5 de dezembro (ZH.5.12) trouxe uma imagem da demolição do pavilhão C com a manchete “Central longe do fim”. A chamada para a reportagem especial a ser lida nas páginas 8 e 9 do jornal trouxe destaque para um ponto positivo, o início da desativação da cadeia, e um negativo, o fato de que a desativação não seria concluída no governo Tarso Genro. A análise sobre as informações dispostas na capa não esclarece em que categoria a reportagem se encaixa, mas a ideia de que o ponto a ser mais abordado ali seria a promessa que não se cumpriu a desativação do presídio definiu o tom desfavorável ao tema. E foi a partir disso que o texto foi introduzido, com uma cartola indicando uma promessa de 20 anos.

As unidades de registro desta reportagem analisada nesta pesquisa trazem informações que até aqui já foram lidas e comparadas. Após colocar Tarso Genro em uma lista de governadores que prometeram desativar o Central, Zero Hora informou como, por mais uma gestão, o presídio não seria desativado e a mudança nos objetivos das ações da Secretaria da Segurança Pública já no fim do governo:

A promessa de desativar o Presídio Central de Porto Alegre está próxima de completar duas décadas sem que nenhum dos cinco governadores que passou pelo Palácio Piratini nesse período tenha conseguido cumpri-la. Vendo que seria impossível esvaziar por completo a cadeia até o fim do ano, em setembro a Secretaria de Segurança Pública revisou a meta: pretendia terminar 2014 com 2 mil presos no Central, lotação para a qual o presídio foi projetado. Mas nem isso será possível. (ZH.5.12).

A definição da reportagem como positiva deu-se a partir da disposição sobre as principais decisões tomadas pela gestão, o que apontou erros e acertos, e ainda a publicação de uma entrevista com o secretário da Segurança Pública, declarando deixar o cargo “satisfeito por ter encaminhado o processo” de desativação. Não houve transferência direta de atributos para o release publicado no site no dia 16 de dezembro, época em que a assessoria de imprensa se desdobrava em balanços da gestão. Ainda assim, o texto (R.16.12.10h47) trouxe novamente a declaração de que a desocupação e a demolição do Central atenderam uma demanda de 40 anos (o que não ocorreu, já que apenas parte do presídio foi demolida). Este, como a

maioria dos releases publicados pela assessoria, foi mais um texto categorizado como solução para esta pesquisa, como fica claro na unidade de registro a seguir.

A construção e reforma de 21 penitenciárias no Rio Grande do Sul reduziu o déficit prisional, combatendo um grande foco de reincidência criminal. Desde 2011 foram criadas 2.870 novas vagas no regime fechado, o que permitiu atender uma demanda de 40 anos da comunidade de Porto Alegre: a desocupação e demolição do Presídio Central. (R.16.12.10h47).

Os dois objetos desta correlação são os que mais se distanciam em comparação ao período das publicações anteriores: um foi publicado nos primeiros dias de dezembro e o outro, na segunda quinzena. Entretanto, a correlação entre ambos é visível e foi destacada para esta pesquisa dada a proximidade do fim da gestão, onde são apontados os erros e acertos do período tanto para o governo quanto para a sociedade. Entretanto, este foi o único caso onde não houve agendamento entre ambos.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou como o agendamento do tema da superlotação do Presídio Central de Porto Alegre aparece no jornal Zero Hora e no site da assessoria de imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Foram analisados 15 textos que trataram sobre o tema de maneira favorável ou desfavorável durante o ano de 2014. Deste modo, a partir dessa delimitação, o estudo trouxe uma perspectiva sobre como o maior veículo noticioso do Sul do país exerceu seu jornalismo no período determinado e como foi realizada a assessoria de imprensa do governo no último ano de gestão do governador Tarso Genro.

A hipótese de que a assessoria de imprensa abordaria o tema de maneira favorável e o jornal faria o inverso foi confirmada e o estudo sugere ainda que a assessoria de imprensa agendou o veículo mais vezes do que o veículo transferiu saliências e pautou o site do governo. As seis correlações da amostra sugerem também que o agendamento do tema aconteceu em curtíssimo prazo.

Entretanto, a constatação que deve ser considerada mais relevante neste processo foi de que ambos, jornal e assessoria, foram pautados, em um primeiro momento, por uma terceira agenda, a da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Agendado, o jornal Zero Hora cumpriu então com as premissas do jornalismo de cobrir acontecimentos com objetividade e como serviço público. Mas o apontamento da superlotação do Presídio Central como um problema a ser solucionado pelo poder público, noticiando seus atrasos e promessas, ocorre após os eventos da denúncia do Fórum da Questão Penitenciária. O mesmo se aplica à comunicação pública do governo Tarso Genro, que no último ano de gestão, passou a agir com maior eficiência em responder à problemática do sistema prisional do Estado, mas pautada originalmente pelo jornal, que já repercutia a agenda da CIDH/OEA, e não pela constatação da urgência do tema em si.

A realidade apresentada pelos textos publicados no jornal Zero Hora, após o agendamento pela CIDH/OEA, contribuiu para instigar o debate através de um assunto que é considerado como de interesse público: a violação de direitos

humanos. Bem como as publicações da assessoria de imprensa, que após o agendamento do jornal, assumiram a definição de comunicação pública a fim de possibilitar ao cidadão o conhecimento de questões de seu interesse. Entretanto, a sugestão de soluções para a superlotação partiu como uma iniciativa da assessoria de imprensa e não do veículo, o que representou a ausência do jornalismo diário como um instrumento de reflexão da sociedade; o processo deveria ocorrer em ambos objetos.

Não coube a esta pesquisa analisar se o jornal ou a assessoria negligenciaram a questão da superlotação em períodos anteriores, mas no ano de 2014, quando ficou evidente que o tema foi abordado pela gravidade da denúncia apresentada pelo grupo de entidades gaúchas à organização internacional.

A pesquisa sugeriu também que o conteúdo veiculado pelo site do Governo do Estado agendou o jornal mais vezes do que o inverso, o que já se esperava, uma vez que o objetivo de uma assessoria de imprensa é provocar a repercussão positiva da imagem pública do cliente, que neste caso é o Executivo, e assim construir uma impressão favorável na opinião pública. O jornal entrou neste processo com o dever de cobrir eventos e noticiar aos leitores a agenda pública do órgão, obedecendo a lei dos dois lados, ainda que a fonte oficial consultada não tivesse posicionamento sobre o fato.

A partir de releases, a assessoria de imprensa conseguiu agendar o jornal e publicar os interesses e demandas do Governo do Estado em três correlações diretas. Logo, ao conseguir publicar as ações no jornal, a assessoria contribuiu para a construção de um pseudoambiente, nos termos de Walter Lippmann, sobre o engajamento na procura por soluções para a superlotação do Central, passando a ideia de que o problema estava prestes a ser solucionado com a possível demolição e construção de novas vagas e presídios. Ainda assim, a imagem positiva não teve mais repercussão no jornal do que a negativa, pois a maioria das notícias e reportagens trazia os pontos negativos da gestão que era a demora na iniciativa de solucionar o problema, atraso em obras e promessas que não foram cumpridas. O tema foi agendado, nem sempre com atributo positivo.

O agendamento do tema da assessoria de imprensa para o jornal e vice-versa foi considerado por esta pesquisa como sucessivo, mas com maior efetividade para a assessoria do governo. Entretanto, conforme explicado anteriormente, o motivador deste processo todo foi a denúncia da violação de direitos humanos na CIDH/OEA. Esse fato enfatiza a importância para a sociedade de organizações do terceiro setor, como o Fórum da Questão Penitenciária, e também sugere que, se não houvesse tal iniciativa, a mídia e/ou o poder público não abordariam o assunto por iniciativa própria com a intensidade que ele exige.

Não era objetivo desta pesquisa analisar como o público reagiu ao agendamento. Como a sociedade reage à relação de agendamento de publicações entre assessoria de imprensa e jornal poderia ser tema de estudos futuros. A questão da superlotação ainda é um problema presente no PCPA e os assuntos de segurança pública no Rio Grande do Sul continuam a ser noticiados, o que sugere que novas pesquisas devem ser desenvolvidas sobre o tema. Estima-se que, se organizações como o Fórum da Questão Penitenciária pautarem veículos noticiosos e conseqüentemente o poder público, novas hipóteses poderão ser analisadas em busca do esclarecimento da importância do jornalismo e da comunicação pública como ferramentas de interesse público para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto. A pesquisa norte-americana. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p.119-130.

ASSIS, Francisco de; MELO, José Marques de. A natureza dos gêneros e dos formatos jornalísticos. In: SEIXAS, Lia; PINHEIRO, Najara Ferrari. **Gêneros: um diálogo entre comunicação e Linguística Aplicada**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 19-38.

BERGAMO, Alexandre; MICK, Jacques; LIMA, Samuel. Perfil do jornalista brasileiro. **Federação Nacional dos Jornalistas**. 2012. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/reinstitu/pesquisa_perfil_jornalista_brasileiro.pdf>. Acesso em 9.out.2015, 1h04min55s.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. 3ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012, cap.1, p.1-33.

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação, iniciativa privada e interesse público. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. 3ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012, cap.9, p.134-153.

CARDOSO, Claudia. O primeiro ano de uma diretoria de comunicação voltada à participação, educação e fomento. **Jornalismo B**. 17.jan.2012. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2012/01/17/o-primeiro-ano-de-uma-diretoria-de-comunicacao-voltada-a-participacao-educacao-e-fomento/>>. Acesso em: 2.nov.2015, 3h06min50s.

CARTA de Compromisso: para compartilhar mais crescimento e igualdade. s/d. **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <<http://divulgacand2014.tse.jus.br/divulga-cand-2014/proposta/eleicao/2014/idEleicao/143/UE/RS/candidato/210000000003/idarquivo/14?x=1406035701000210000000003>>. Acesso em: 30.set.2015, 10h58min45s.

CHINEM, Rivaldo. **Assessoria de Imprensa: como fazer**. 2ª ed. Summus Editorial, 2003. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=wu1Tp8yem3gC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 22 set. 2015, 15h24min46s.

COCCO, Giuseppe (org.). **Gabinete digital: análise de uma experiência**. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013. 154 p.

COMUNICAÇÃO, Departamento de. Presídio Central: Fórum da Questão Penitenciária envia réplica à OEA. **Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul**. 31.mai.2013. Disponível em: <<http://www.ajuris.org.br/2013/05/31/presidio-central->

forum-da-questao-penitenciaria-envia-replica-a-oea/>. Acesso em: 29.set.2015, 4h32min24s.

COMUNICAÇÃO, Departamento de. Fórum da Questão Penitenciária se reúne para cobrar respostas da União. **Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul**. 9.jul.2014. Disponível em <<http://www.ajuris.org.br/2014/07/09/forum-da-questao-penitenciaria-se-reune-para-cobrar-respostas-da-uniao-2/>>. Acesso em 29.set.2015.

COMUNICAÇÃO, Departamento de. Fórum da Questão Penitenciária debaterá a situação do Presídio Central. **Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul**. 19.fev.2015. Disponível em: <<http://www.ajuris.org.br/2015/02/19/forum-da-questao-penitenciaria-debate-situacao-presidio-central-nesta-quarta-feira/>>. Acesso em: 30.set.2015, 3h47min23s.

COSTA, José Luís. Governo apresenta defesa após denúncia à OEA por más condições do Central. **Zero Hora**. 11.mai.2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/05/governo-apresenta-defesa-apos-denuncia-a-oea-por-mas-condicoes-do-central-4134311.html>>. Acesso em: 29.set.2015, 3h54min18s.

COSTA, José Luís. Presídio Central chegará em agosto a novo recorde de superlotação. **Zero Hora**. 19.jul.2015. Disponível em <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/07/presidio-central-chegara-em-agosto-a-novo-recorde-de-superlotacao-4805153.html>>. Acesso em 1.out.2015, 23h33min.

DORNELLES, Renato Nunes. **Falange Gaúcha: o Presídio Central e a história do crime organizado no RS**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2008.143 p.

DUARTE, Jorge. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2011. 444 p.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. 3ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012, cap.4, p.59-71.

DUARTE, Grasiela; BORBA, Rodrigo. Fórum da Questão Penitenciária cobra que OEA inspecione o Presídio Central. **Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul**. 11.mar.2014. Disponível em: <<http://www.ajuris.org.br/2014/03/11/forum-da-questao-penitenciaria-cobra-que-oea-inspecione-o-presidio-central/>>. Acesso em: 29.set.2015, 3h40min32s.

EDIÇÃO especial para estudantes de comunicação. **Zero Hora**. Ago.2014.

FARIA, Armando Medeiros de. Imprensa e interesse público. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. 3ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012, cap.11, p.174-179.

FOLDER institucional da Secretaria Estadual de Comunicação e Inclusão Digital do Governo. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. s/d. Disponível em:

<<http://pt.slideshare.net/GovernoRs/folder-institucional-da-secretaria-estadual-de-comunicacao-e-incluso-digital-do-governo-rs>>. Acesso em: 2.nov.2015, 3h37min42s.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p.280-304.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008. 200 p.

GLÜER, Laura Maria. **Assessoria não é acessório**. Porto Alegre: UniRitter, 2014. 82 p.

GOMES, Guilherme. Meta do Governo do Estado é desocupar Presídio Central. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 16.abr.2013. Disponível em: <<http://www.rs.gov.br/conteudo/17756/meta-do-governo-do-estado-e-desocupar-presidio-central>>. Acesso em 1.out.2015, 21h15min14s.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2010, p.123-142.

HOFMEISTER, Naira; NENÊ, Ulisses. Demolição do Presídio Central atende a demanda de 40 anos. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 16.dez.2014. Disponível em: < <http://www.rs.gov.br/conteudo/208579/demolicao-do-presidio-central-atende-a-demanda-de-40-anos>>. Acesso em: 1.out.2015, 21h25min01s.

HOHLFELDT, Antônio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014, cap.5, p.187-240.

JAQUES, Marcieli Quevedo. **A atuação dos profissionais de Relações Públicas da Secom na comunicação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 2014. 45 folhas. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Pampa, Curso de Relações Públicas – Ênfase em Produção Cultural, São Borja, 2014. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/relacoespublicas/files/2014/10/TCC-FINAL.pdf>>. Acesso 22.set.2015, 15h22min46s.

KOÇOUSKI, Marina. **A Comunicação Pública Face ao Dever Estatal de Informar**. 2012. 235 f. Dissertação (Pós-Graduação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-17052013-133211/pt-br.php>>. Acesso em: 2.out.2015, 2h10min16s.

LAGE, Nilson. Linguagem jornalística. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2006. 78 p.

LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 189 p.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; RIOS, Roger Raupp; SCHÄFER, Gilberto. Clínica de Direitos Humanos do UniRitter: três anos de atividades. s/d. **X SEPesq**. Disponível em:

<http://www.uniritter.edu.br/eventos/sepesq/x_sepesq/arquivos_trabalhos/2969/303/685.pdf>. Acesso em 29.out.2015, 23h34min28s.

LIPPMANN, Walter. Opinião Pública. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. 350 p.

MAIORES jornais do Brasil. Associação Nacional de Jornais. 2014. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 9.nov.2015, 22h12min01s.

MAFEI, Maristela. Assessoria de imprensa: como se relacionar com a mídia. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. 127 p.

MAPA prisional. **Superintendência dos Serviços Penitenciários**. set.2015. Disponível em: <<http://www.susepe.rs.gov.br/capa.php>>. Acesso em: 14.set.2015, 21h45min09s.

MARINI, Ana Rita. Fórum da Questão Penitenciária questiona resposta da União à OEA. **Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul**. 9.abr.2014. Disponível em: <<http://www.ajuris.org.br/2014/04/09/forum-da-questao-penitenciaria-questiona-resposta-da-uniao-oea/>>. Acesso em: 29.set.2015, 3h43min23s.

MARTINO, Luiz. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p.11-26.

MATTOS, Cristofer de. Fórum da Questão Penitenciária avalia a urgência de alternativas para o caos carcerário. **Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul**. 5.ago.2015. Disponível em: <<http://www.ajuris.org.br/2015/08/05/forum-da-questao-penitenciaria-avalia-a-urgencia-de-alternativas-para-o-caos-carcerario/>>. Acesso em: 10.nov.2015, 17h35min05s.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. 237 p.

MELLO, Fernando Brigidi de. **Análise da gestão carcerária: um estudo comparado entre o Presídio Central de Porto Alegre/RS e a Penitenciária Industrial de Joinville/SC**. 2009. 73 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/19132>>. Acesso em: 22.set.2015, 16h05min37s.

MONTEIRO, Graça França. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. 3ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012, cap.2, p.34-46.

MOTTA, Neiva. Galeria com celas específicas para travestis é inaugurada no Presídio Central. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 23.abr.2012.

Disponível em: <<http://www.rs.gov.br/conteudo/39989/galeria-com-celas-especificas-para-travestis-e-inaugurada-no-presidio-central>>. Acesso em: 11.nov.2015, 15h04min42s.

MOTTA, Neiva. Nova penitenciária de Venâncio Aires é entregue à comunidade. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 23.mar.2015. Disponível em: <<http://www.rs.gov.br/conteudo/213094/nova-penitenciaria-de-venancio-aires-e-entregue-a-comunidade>>. Acesso em 1.out.2015, 22h41min08s.

NOSSAS empresas. **Grupo RBS**. s/d. Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/zero-hora/>>. Acesso em: 14.set.2015, 21h14min56s.

NOVELLI, Ana Lucia Romero. Comunicação e opinião pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. 3ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012, cap.5, p.72-83.

O inferno da superlotação no Presídio Central está de volta. **Diário Gaúcho**. 23.fev.2015. Disponível em: <<http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2015/02/o-inferno-da-superlotacao-no-presidio-central-esta-de-volta-4705298.html>>. Acesso em: 1.out.2015, 23h33min17s.

OEA notifica Estado brasileiro para reduzir violações no Presídio Central de Porto Alegre. **O Globo**. 3.jan.2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/oea-notifica-estado-brasileiro-para-reduzir-violacoes-no-presidio-central-de-porto-alegre-11202528>>. Acesso em: 29.set.2015, 2h34min12s.

PINTO, Ana Estela de Sousa. Jornalismo diário: reflexões, recomendações, dicas e exercícios. São Paulo: Publifolha, 2012. 340 p.

PLANO de Governo – Sartori Governador. **RedeSartori**. 2014. Disponível em: <http://issuu.com/redesartori/docs/plano_de_governo_sartori_2014_2/1>. Acesso em: 30.set.2015, 11h15min1s.

PRESÍDIO Central é uma tragédia anunciada, alerta presidente da OAB/RS. **OAB Rio Grande do Sul**. 19.abr.2012. Disponível em: <<http://www.oabrs.org.br/noticia-9969-presidio-central-e-uma-tragedia-anunciada-alerta-presidente-da-oabrs>>. Acesso em: 30.set.2015, 4h20min12s.

PRESÍDIO Central de Porto Alegre tem 2.400 detentos acima da capacidade. **Profissão Repórter**. 10.nov.2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2015/11/presidio-central-de-porto-alegre-tem-2400-detentos-acima-da-capacidade.html>>. Acesso em: 11.nov.2015, 15h10min12s.

PROGRAMA de Governo. s/d. **ClicRBS**. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/pdf/8772915.pdf>>. Acesso em: 30.set.2015, 10h48min18s.

REIS, Biblioteca Dr. Romeu Ritter dos. **Caderno de Normas para Formatação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), Dissertações e Teses**. 26.jun.2011. Disponível em: <http://uniritter.edu.br/biblioteca/downloads/caderno_de_normas_24_junho_2011.pdf>. Acesso em: 11.nov.2015, 23h50min02s.

REPRESENTAÇÃO - Violação dos direitos humanos no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) com pedido de medidas cautelares. **Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul**. 10.jan.2013. Disponível em: <http://www.ajuris.org.br/sitenovo/wp-content/uploads/2013/05/representacao_oea.pdf>. Acesso em: 22.set.2015, 16h22min56s.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980. 89 p.

SALLIN, Vinícius Ricardo. **As facções e o grupo da segurança no Presídio Central de Porto Alegre: relações em um sistema social complexo**. 2008. 85 folhas. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/4998>>. Acesso em: 22.set.2015, 16h09min29s.

SANT'ANA, Lidiane Ferreira. **Papel do servidor público na interação entre estado e sociedade: uma análise sob o prisma de redes**. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Comunicacao_SantAnaLF_1.pdf>. Acesso em: 22.set.2015, 17h28min39s.

SANTOS, Lara Cíntia de Oliveira. Medida Cautelar. Antecipação de Tutela. Medida Cautelar Preparatória. **Âmbito Jurídico**. s/d. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10174>. Acesso em: 8.out.2015, 22h51min09s.

SARTORI defende 'cautela' no processo de desativação do Presídio Central. **G1 RS**. 23.dez.2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/12/sartori-defende-cautela-no-processo-de-desativacao-do-presidio-central.html>>. Acesso em 1.out.2015, 21h54min09s.

SILVA, Daniel de Lemos Germano da. **Visibilidade Política e Produção de Imagem Pública: a Comunicação do Projeto Pacto pelo Rio Grande – 2006**. 2009. 152 f. Dissertação (Pós-Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17978/000727583.pdf?sequence=1&locale=pt_BR>. Acesso em: 2.out.2015, 00h57min28s.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: FERNANDES, Mario Luiz; SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da (orgs.). **Critérios de noticiabilidade - problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014, cap.3, p.51-69.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Teoria da Opinião Pública. In: CITELLI, Adilson (org.). **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014, p.439-448.

SILVA, Rodney. OAB vai ao STF para responsabilizar Poder Público por caos prisional do País. **OAB Rio Grande do Sul**. 4.nov.2014. Disponível em: <<http://www.oabrs.org.br/noticias/oab-vai-ao-stf-para-responsabilizar-poder-publico-por-caos-prisional-pais/16655>>. Acesso: em 30.set.2015, 4h09min23s.

SISTEMA Carcerário do Estado em xeque. **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul**. 2.abr.2012. Disponível em: <<http://www.crea-rs.org.br/site/index.php?p=ver-noticia&id=11>>. Acesso em 29.set.2015, 4h31min23s.

SOP, Assessoria de comunicação da. Secretário vistoria reformas em penitenciárias de Charqueadas e Montenegro. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 25.abr.2012. Disponível em: <<http://www.rs.gov.br/conteudo/39906/secretario-vistoria-reformas-em-penitenciarias-de-charqueadas-e-montenegro>>. Acesso em: 1.out.2015, 22h47min23s.

SSP, Assessoria. Segurança Pública: reestruturação garante série de projetos para ampliar proteção à comunidade. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 16.dez.2014. Disponível em: <[http://www.rs.gov.br/conteudo/208583/seguranca-publica-reestruturacao-garante-serie-de-projetos-para-ampliar-protecao-a-comunidade-/-](http://www.rs.gov.br/conteudo/208583/seguranca-publica-reestruturacao-garante-serie-de-projetos-para-ampliar-protecao-a-comunidade-/)>. Acesso em: 18.out.2015, 16h19min56s.

STEIGLEDER, Débora Gallas. **O jornalismo e a cidade em construção: o discurso ambiental do jornal Zero Hora sobre as obras da Copa do Mundo. 2015**. 137 folhas. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/115905>>. Acesso em: 22.set.2015, 15h59min45s.

STRELOW, Patrícia Hammes. **Comunicação, Relações e Culturas: as Assessorias de Imprensa no Tecer Complexo das Organizações Públicas**. 2015. 167 f. Dissertação (Pós-Graduação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7063/1/000466162-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 2.out.2015, 1h00min0s.

SUSEPE, Ascom. Presídio de Canoas está em fase de conclusão. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 20.mai.2015. Disponível em: <<http://www.rs.gov.br/conteudo/216943/presidio-de-canoas-esta-em-fase-de-conclusao>>. Acesso em: 1.out.2015, 22h33min09s.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. 3ª ed. Florianópolis: Insular, 2013. v.II. 206 p.

VIEIRA, Marco. Começa a transferência de apenados do Presídio Central de Porto Alegre. **Assessoria de Comunicação da Superintendência dos Serviços Penitenciários**. 24.jun.2014. Disponível em: <

http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_conteudo=1576&cod_menu=4. Acesso em: 1.out.2015, 23h04min08s.

WILLRICH, João Henrique. Em vistoria, OAB/RS constata que Penitenciária de Osório está 90% acima da capacidade ideal. **OAB Rio Grande do Sul**. 27.out.2014. Disponível em: <<http://www.oabrs.org.br/noticias/em-vistoria-oabrs-constata-que-penitenciaria-osorio-esta-90-acima-capacidade-ideal/16596>>. Acesso em: 30.set.2015, 3h35min46s.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 10ª ed. Lisboa: Presença, 2009. 271 p.

REFERÊNCIAS DA AMOSTRA

COSTA, José Luis. Fim da superlotação do Central exige 384 agentes penitenciários. Zero Hora, Porto Alegre, 12.ago.2014, p.16.

COSTA, José Luis. Uma vergonha mais perto do fim. Zero Hora, Porto Alegre, 13.out.2014, p.6-7.

COSTA, Letícia. OEA cobra solução para o Central. Zero Hora, Porto Alegre, 2.jan.2014, p.36.

COSTA, Letícia. Presos são transferidos para esvaziar pavilhão. Zero Hora, Porto Alegre, 30.set.2014, p.21.

MELO, Itamar. 20 minutos na pior cadeia do país. Zero Hora, Porto Alegre, 18.mar.2014, p.4-5.

SEIBT, Taís. Desativação ainda longe do fim. Zero Hora, Porto Alegre, 5.dez.2014, p.8-9.

TONETTO, Mauricio. Como desafogar o Presídio Central. Zero Hora, Porto Alegre, 19.mar.2014.

APÊNDICE A

Quadro A - Disposição do primeiro recorte da amostragem da pesquisa

MÊS	DIA	ZERO HORA	GOVERNO
Janeiro	3	ZH.3.1	R.3.1.14h46
	15	ZH.15.1	-
	17	-	R.17.1.15h28
	23	-	R.23.1.13h14
	28	-	R.28.1.9h47
Fevereiro	20	-	R.20.2.14h38
Março	10	ZH.10.3	-
	12	ZH.12.3	-
	17		R.17.3.19h32
	18	ZH.18.3	-
	19	ZH.19.3	-
	27	-	R.27.3.18h43
Abril	4	-	R.4.4.15h08
	8	-	R.8.4.18h56
	11	-	R.11.4.10h49
	14	-	R.14.4.16h26
	23	-	R.23.4.11h43
	30	-	R.30.4.10h07
		-	R.30.4.18h27
Maio	26	-	R.26.5.10h18
	27	-	R.27.5.10h35
	28	-	R.28.5.11h03
	29	-	R.29.5.11h16
	30	-	R.30.5.15h32
Junho	3	-	R.3.6.14h57
	7	-	R.7.6.10h00
	11	-	R.11.6.14h23
	17	-	R.17.6.10h30
	24	-	R.24.6.11h52
	27	-	R.27.6.17h08
Julho	2	-	R.2.7.17h04
	3	-	R.3.7.14h13
	7	-	R.7.7.16h56
	8	-	R.8.7.11h33
	9	-	R.9.7.16h12
	12	-	R.12.7.10h27
	31	-	R.31.7.16h36
		-	R.31.7.20h22
Agosto	11	-	R.11.8.12h18
	12	ZH.12.8	R.12.8.16h56

	14	-	R.14.8.11h31
	20	ZH.20.8	-
	21	-	R.21.8.14h40
	28	-	R.28.8.11h37
Setembro	14	-	R.14.9.15h50
	15	-	R.15.9.17h47
	16	-	R.16.9.16h45
	23	-	R.23.9.11h47
	24	-	R.24.9.18h28
	25	-	R.25.9.16h51
	26	-	R.26.9.16h03
	29	-	R.29.9.17h28
	30	ZH.30.9	-
Outubro	10	-	R.10.10.17h17
	13	ZH.13.10	R.13.10.17h45
			R.13.10.18h57
	14	-	R.14.10.12h34
	16	-	R.16.10.15h00
Novembro	13	-	R.13.11.16h29
	19	-	R.19.11.15h02
	28	-	R.28.11.13h57
Dezembro	5	ZH.5.12	-
	11	-	R.11.12.15h13
		-	R.16.12.10h47
	26	ZH.26.12	-
	30	ZH.30.12	R.30.12.17h41
	31	ZH.31.12	-

APÊNDICE B

Textos descartados

REFERÊNCIA	MANCHETE
R.23.1.13h14	Programa Gaúcho do Microcrédito lança modalidade para apenadas do Presídio Madre Pelletier
R.28.1.9h47	Presídio de Taquara qualifica apenados em curso de hortaliças
R.20.2.14h38	Presídio de Três Passos aposta no artesanato reciclável para inclusão social de apenadas
R.4.4.15h08	Presídio de São Sepé viabiliza curso de atividades rurais para apenados
R.8.4.18h56	Concurso de beleza é realizado na ala exclusiva para o público LGBT no Presídio Central
R.11.4.10h49	Presídio Estadual de Santa Vitória do Palmar intensifica atenção à saúde de apenados
R.23.4.11h43	Atrações do Festival Internacional do Teatro de Rua são exibidas em presídios do RS
R.30.4.10h07	Presídio Regional de Caxias do Sul realiza aula inaugural do Programa Brasil Alfabetizado
R.30.4.18h27	Internos da Fase e detentos do Presídio Central participam de exposição de artes e artesanato
R.26.5.10h18	Reunião avalia situação do Presídio Estadual de Bento Gonçalves
R.27.5.10h35	Governo do Estado apresenta proposta para novo presídio de Bento Gonçalves
R.28.5.11h03	Casamento entre apenados é realizado no presídio de Cruz Alta
R.29.5.11h16	Programa Jovem Aprendiz será implantado no Presídio Central
R.30.5.15h32	Detentos do Presídio de Taquara concluem cursos de qualificação profissional
R.3.6.14h57	Iniciam as aulas do Programa Jovem Aprendiz no Presídio Central
R.7.6.10h00	Muros do presídio de Santa Cruz do Sul recebem a arte do grafite
R.11.6.14h23	Presídio de Frederico Westphalen investe em saúde prisional
R.17.6.10h30	Apenados do Presídio de Três Passos recebem curso de instalação de motores elétricos
R.27.6.17h08	Iniciam aulas de alfabetização no Presídio de Santa Vitória do Palmar
R.2.7.17h04	Presídio de São Borja realiza curso de reinserção no mercado de trabalho
R.8.7.11h33	Presídio de Cacequi conclui reforma de estufa para plantio de hortifruti
R.9.7.16h12	Presídio de Alegrete realiza oficina de elaboração de biscoitos caseiros para apenados

R.12.7.10h27	Presídio de Santa Rosa investe em qualificação de apenados
R.31.7.20h22	Apenados do Jovem Aprendiz do Presídio Central recebem carteira de trabalho assinada e benefícios
R.11.8.12h18	Governo do Estado apresenta proposta para construir novo presídio de Bento Gonçalves
R.14.8.11h31	Secretária da Justiça ressalta importância de parcerias em visita a ala do Presídio Central
R.21.8.14h40	Comitiva de governo visita terreno de novo presídio de Bento Gonçalves
R.28.8.11h37	Mutirão do Presídio de Guaporé entrega hortifrutigranjeiros para instituições sociais
R.14.9.15h50	Temáticas LGBT são abordadas em fórum estadual
R.23.9.11h47	Governo do Estado dá início às obras do presídio e entrega delegacias reformadas em Alegrete
R.24.9.18h28	Obra do presídio de Alegrete começa dia primeiro de outubro
R.16.10.15h00	Secretaria de Segurança dá início às obras de presídio feminino em Rio Grande
R.13.11.16h29	Susepe promove atividades alusivas à Semana da Consciência Negra nos presídios
R.19.11.15h02	Presídio de Camaquã desenvolve projeto de combate à dependência química para apenados
R.28.11.13h57	Presídio Central promove confraternização para apenados e familiares
R.11.12.15h13	Susepe inaugura Instituto Penal de Bagé, que conta com 108 vagas
R.30.12.17h41	Governador assina tombamento da Ilha do Presídio

APÊNDICE C
Unidades de registro da correlação 1

OBJETO TEÓRICO	UNIDADE DE REGISTRO
ZH.3.1	"A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA), recomenda que o Estado recupere o controle da segurança do Presídio Central, reduza o número de detentos e adote medidas para garantir a integridade dos presos."
	"Emitida no dia 30 de dezembro, a medida cautelar da CIDH estabelece o prazo de 15 dias para que sejam feitas adequações. Conforme o juiz Gilberto Schafer, diretor de Assuntos Constitucionais da Ajuris, a decisão mostra que o direito à vida e à integridade dos detentos do Presídio Central é considerada internacionalmente grave."
	"O secretário-geral da OAB/RS, Ricardo Breier, que integra o Fórum da Questão Penitenciária, diz que o descumprimento das medidas pode afetar os laços políticos do Brasil internacionalmente."
	"Para amenizar os problemas, as medidas a serem tomadas tratam desde pontos básicos, como higiene e instalação de extintores de incêndio, até a tão repetida necessidade de reduzir a superlotação e acabar com os comandos internos entre os presos."
	"De acordo o magistrado, canos de esgoto quebrados, lixo sem recolhimento e presos que controlam galerias são problemas históricos que nunca foram selecionados."
	"Ainda não fomos notificados nem por meio eletrônico, nem físico. Como não sei o teor da medida cautelar, não vou me manifestar. Só depois de ter acesso, a Secretaria de Segurança Pública (SSP-RS) irá se pronunciar."
R.3.1.14h46	"O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Segurança Pública (SSP), considerando as recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA), compartilha das mesmas preocupações com relação à situação do Presídio Central de Porto Alegre."
	"Desde o início da atual gestão, o governo trabalha para resolver esse problema histórico."
	"Acabar com a superlotação da casa prisional é uma das principais metas do governo."
	"Com relação à integridade dos internos do Presídio Central, o trabalho do Governo do Estado já apresentou resultado efetivo: entre 2011 e 2013 não houve nenhum homicídio no estabelecimento."
	"A situação do Presídio Central de Porto Alegre será resolvida até o final de 2014."

APÊNDICE D

Unidades de registro da correlação 2

OBJETO TEÓRICO	UNIDADE DE REGISTRO
R.17.3.19h32	"As condições que vi aqui são semelhantes a muitos presídios brasileiros, parece ser uma questão cultural essa percepção que há na sociedade brasileira de que a pessoa encarcerada perde a totalidade de seus direitos', ressaltou Joaquim Barbosa."
	"O secretário da Segurança Pública, Airton Michels, entregou ao ministro documento com as ações do Governo do Estado para solucionar o problema da lotação do presídio, hoje com 4,4 mil detentos."
	"Vamos resolver a questão do Presídio Central, cujas condições atuais têm origem histórica, já que em 2002 tínhamos 2 mil presos e em 2011 já eram 5 mil", ponderou Michels."
	"Em 10 dias, um relatório deve apontar a conclusão da vistoria. Entre as medidas para auxiliar na melhora do sistema carcerário, a Procuradoria-Geral da República informou que o Governo Federal irá liberar R\$ 1,5 bilhão para ações como construção de novos presídios."
ZH.18.3	"Durante os 35 minutos que permaneceu no palco - quase duas vezes o tempo da inspeção -, traçou um retrato da falência do sistema prisional: - Com certeza, o preso não sai recuperado daqui. Em alguns casos, vai sair daqui muito pior do que entrou, enraivecido, brutalizado - disse."
	"- Não há nada de novo. As condições que pude presenciar aqui são as mesmas que podemos encontrar em todo o país. Este presídio segue um padrão daquilo que não deveria ocorrer. É o padrão seguido no Brasil inteiro."
	"Ao deixar a área interna e falar com jornalistas no auditório, recomendou que outras autoridades seguissem seu exemplo: - Se todas as pessoas que têm um mínimo de responsabilidade política no âmbito estadual, e não só as pessoas eleitas, tirassem um dia de sua vida para visitar um presídio como este, tenho certeza de que nasceria daí uma consciência mais qualificada da necessidade de ajudar este estado de coisas. As pessoas passam anos no exercício de certos cargos públicos e não tomam conhecimento pessoal, empírico, de certas situações."
	"Enquanto Rodrigo Janot, o procurador-geral, se aproximava para subir ao palco, Barbosa deixou a mesa e foi para um canto do palco, onde ficou a mexer no telefone. Janot falou sobre uma comissão criada com o fim de apresentar saídas para o problema prisional. Também presente na mesa, Michels prometeu que o problema do Central estará resolvido até dezembro."

	<p>"Para o promotor Gilmar Bortolotto, a presença de Barbosa no Presídio Central representa a preocupação institucional com uma realidade que precisa ser modificada. - Conhecendo a história pública do ministro, ele certamente não vai concordar com as condições do presídio, aliando-se aos esforços no sentido de que o Central deixe de existir - avalia Bortolotto, da promotoria de fiscalização de presídios."</p>
	<p>"Em fase final, a ação é contra o Brasil, e o Estado, para evitar uma reprimenda ao governo de Dilma Rousseff pela Organização dos Estados Americanos (OEA), promete desativar o Central até o fim do ano ou pelo menos reduzir o contingente de presos aos quatro pavilhões mais novos (erguidos em 2009) com 500 vagas."</p>
	<p>"Para o advogado Ricardo Breier, secretário-geral da OAB/RS, a visita de Barbosa terá pouco efeito prático em termos de pressão contra o Estado. Para ele, a presença do ministro em Porto Alegre serviu para dar legitimidade ao mutirão carcerário realizado pelo CNJ no Central, visando rever processos em favor de presos condenados."</p>
ZH.19.3	<p>"Sem inaugurar uma só cadeia desde o começo de sua gestão, em 2011, o governador Tarso Genro (PT) anunciou ontem que 1.693 (38,1%) dos 4.441 dos detentos do Presídio Central de Porto Alegre serão transferidos para outros estabelecimentos até agosto."</p>
	<p>"Em entrevista à Rádio Gaúcha, o secretário de Segurança Pública, Airton Michels, reiterou a promessa de campanha de Tarso de esvaziar Central. As declarações foram dadas após críticas do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, que falou sobre as condições do presídio durante a visita na última segunda-feira e apontou situação precária dos encarcerados."</p>
	<p>"Levantamento feito por Zero Hora junto à Susepe mostra que o começo do esvaziamento da pior cadeia do Estado depende de licenças ambientais, nomeação de novos agentes penitenciários e aceleração de obras, atrasadas em sua maioria."</p>
	<p>"Para o juiz da Vara de Execuções Criminais (VEC) da Capital, Sidinei Brzuska, somente novos espaços físicos não bastam."</p>
	<p>"Tarso une-se a outros governadores na lista histórica de soluções para o caos do Central."</p>
	<p>"O ápice da pressão por um basta nas péssimas condições da 'masmorra do século 21', como definiu a ONG Fórum da Questão Prisional, veio em janeiro de 2013, quando o Estado foi denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA).</p>
	<p>"O presidente do Ampergs, Flávio Bastos Berneira Júnior, recebe com preocupação o anúncio do governo do Estado de remover a população carcerária do Central: - Uma orientação do Ministério da Justiça, que vai na mesma linha da Organização das Nações Unidas (ONU), diz que o ideal é um agente para cada cinco presos. A transferência, hoje, seria impraticável por falta de material humano."</p>

APÊNDICE E

Unidades de registro da correlação 3

OBJETO TEÓRICO	UNIDADES DE REGISTRO
ZH.12.8	"Até o fim do ano, o governo do Estado pretende reduzir a ocupação do Central dos atuais 3.921 detentos para cerca de 2 mil, capacidade original da instituição. Assim, a transferência de mais de 1,9 mil presos só será possível com a entrada em atividade de 384 servidores. Para uma hipotética desativação do Central, o que por enquanto não faz parte dos planos oficiais, seriam necessários 784 agentes."
	"Acolhendo o pedido de liminar, o juiz Martin Schulze justificou a decisão em seu despacho: 'Simplesmente transferir a problemática deste presídio para uma construção nova em nada resolverá o sistema prisional como um todo e, por óbvio, será transformar o prédio novo em similar ao que se determinou desativar. A solução além dos prédios, passa pela contratação de servidores em número adequado para o controle da população carcerária'."
	"O juiz da Vara de Execuções Criminais (VEC), Sidinei Brzuska, responsável pela fiscalização do Presídio Central, avalia que a situação da unidade é 'grave e não se limita à simples falta de vagas': - A ocupação de estabelecimentos prisionais sem as equipes de saúde, técnica e efetivo funcional condizentes é o mesmo que entregar a administração do presídio aos presos. Em vez de conter, passa a alimentar o crime. Quebra-se um elo importante na corrente da segurança pública, que então fica apenas em um faz de conta, como hoje, enxugando gelo."
	"A Susepe diz que até ontem não havia sido notificada pelo Judiciário e, por isso, não se pronunciaria."
R.12.8.16h56	"Michels considera que, quando um governo pela primeira vez resolve claramente enfrentar esta questão, as mesmas instituições que cobram soluções querem impedir a ação. 'Em um momento nos dizem 'desocupem o quanto antes', e quando começamos, dizem: parem o processo'."
	"Sobre a alegação do Poder Judiciário de que faltam agentes penitenciários para tomarem conta dos apenados, o Governo do Estado reitera que já foram chamados 800 agentes penitenciários e há um concurso em andamento para mais 600. É praticamente o dobro dos 1.600 servidores que havia em 2011, uma estrutura nunca vista no sistema penitenciário do Estado. 'O fato mais surreal que poderia acontecer seria manter os presos em situação precária e não poder levá-los para os presídios novos', concluiu Airton Michels."

APÊNDICE F

Unidades de registro da correlação 4

OBJETO TEÓRICO	UNIDADES DE REGISTRO
R.29.9.17h28	<p>"A Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) iniciou nesta segunda-feira (29) o processo de transferência de presos do pavilhão C do Presídio Central para a Penitenciária Modulada de Montenegro (PMM). Atualmente, a unidade abriga 263 presos. Eles serão removidos até 8 de outubro, quando o pavilhão C será totalmente desativado e estará pronto para demolição."</p> <p>"Conforme o superintendente d Susepe, Gelson Treisleben, solucionar a questão da superlotação do Presídio Central é prioridade. 'Trabalhamos muito para criar vagas e melhorar as condições do sistema prisional'."</p>
ZH.30.9	<p>"Em ritmo acelerado, a Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe) retomou ontem a transferência de presos do Presídio Central de Porto Alegre. A cada dia, cerca de 47 detentos serão levados temporariamente para a Penitenciária Modulada de Montenegro. O objetivo é esvaziar o pavilhão C, para que possa ser demolido ainda na primeira quinzena de outubro."</p> <p>"Apesar do atraso na entrega de algumas novas cadeias, como a de Charqueadas e Guaíba, Treiesleben mantém a previsão de conseguir esvaziar pela metade o Central até dezembro. Com quase 4 mil presos atualmente, a cadeia superlotada passaria a abrigar a capacidade original para a qual foi erguida há 55 anos."</p>

APÊNDICE G

Unidades de registro da correlação 5

OBJETO TEÓRICO	UNIDADES DE REGISTRO
R.10.10.17h17	"O governador Tarso Genro visitará o Pavilhão C do Presídio Central de Porto Alegre nesta segunda-feira (13), às 14h. O setor será demolido nos próximos dias, simbolizando o início do processo de esvaziamento da casa prisional."
ZH.13.10	<p>"A demolição do Presídio Central de Porto Alegre começa amanhã, colocando abaixo um ícone do descaso com a população carcerária. Um dos prédios da estrutura original da cadeia erguida há 55 anos, o pavilhão C foi palco de motins e assassinatos, além de embrião do crime organizado e da guerra entre facções no Rio Grande do Sul. Até os seus últimos dias, segue gerando controvérsias."</p> <p>"O pavilhão C foi escolhido para tombar primeiro porque é motivo de vergonha internacional. Em meados de 2008, presos destruíram a terceira galeria (terceiro andar), deixando o local como se tivesse sido devastado por bombardeio. Quando chovia, apenas dormiam pendurados em redes no forro, igual a morcegos. As celas eram inundadas pela água."</p> <p>"As imagens correram o país e o mundo. Em Brasília, a CPI do Sistema Carcerário rotulou o Central como o pior presídio do Brasil e chegou a indiciar autoridades gaúchas - depois recuou - por omissão."</p> <p>"O governador Tarso Genro visitará o Presídio Central de Porto Alegre hoje à tarde. Ele percorrerá os corredores do pavilhão C, a partir das 14h, acompanhado de autoridades de Brasília como a secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Regina Miki, e o diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional, Renato Campos Pinto de Vítto. Também participam da visita secretários estaduais e o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador José Aquino Flôres de Camargo."</p>
R.13.10.17h45	<p>"O planejamento estratégico elaborado pelo Governo do Estado para o esvaziamento da casa prisional - que chegou a abrigar 5,2 mil presos em 2010 - começou em junho deste ano com a remoção de 847 detentos para outras casas prisionais. O governador Tarso Genro acompanhou as autoridades e destacou a mudança no sistema prisional gaúcho. 'Esse é um momento histórico que marca a primeira ação concreta para solucionar a situação dramática que se tornou o Presídio Central, um símbolo da falência do sistema carcerário. Era nosso compromisso com a sociedade enfrentar esse processo para acabar com essa masmorra e oferecer uma estrutura prisional mais digna', afirmou Tarso."</p> <p>"A secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Regina Miki, destacou a iniciativa do Estado. 'Muitas vezes temos que responder internacionalmente pelas condições difíceis dos presídios do país. O Rio Grande do Sul está dando uma virada nessa situação. Aqui estabelecemos projetos numa parceria que deu certo. Queremos isso para os demais Estados'."</p>

	<p>"Com o diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional, Renato Campos Pinto de Vitto, o secretário Michels ressaltou as ações para desocupação do Central. 'Temos ainda a ocupação da Penitenciária de Venâncio Aires, com 529 vagas sendo 300 destinados aos presos da Região do Vale do Rio Pardo que estão que estão no Presídio Central. Estamos solucionando um problema que se arrasta há 40 anos', explicou o secretário. Atualmente, o presídio abriga 3.735 presos."</p>
	<p>"É da demolição de algo que nos traz um passado terrível. É um marco para a história daqueles que lutaram por mudanças neste sistema prisional', enfatizou o desembargador José Aquino Flôres de Camargo, lembrando a luta dos juízes diante a situação precária do Central."</p>

APÊNDICE H

Unidades de registro da correlação 6

OBJETO TEÓRICO	UNIDADES DE REGISTRO
ZH.5.12	<p>"A promessa de desativar o Presídio Central de Porto Alegre está próxima de completar duas décadas sem que nenhum dos cinco governadores que passou pelo Palácio Piratini nesse período tenha conseguido cumpri-la. Vendo que seria impossível esvaziar por completo a cadeia até o fim do ano, em setembro a Secretaria de Segurança Pública revisou a meta: pretendia terminar 2014 com 2 mil presos no Central, lotação para a qual o presídio foi projetado. Mas nem isso será possível."</p>
	<p>"O acerto considerava que o Complexo Prisional de Canoas, com 2415 vagas (todas para presos do Presídio Central), pudesse ser ativado ainda em 2014, mas a obra atrasou. O juiz Sidinei Brzuska, da Vara de Execuções Criminais da Capital (VEC), não acredita que a ginástica proposta pela Susepe seja viável, porque Montenegro pertence a outra VEC, e novo acerto seria necessário."</p>
	<p>"A tentativa de reduzir a população carcerária do Central é antiga. O primeiro governador a mencionar a desativação do Central foi Antônio Britto (PMDB), em 1995. Pressionado pela fuga de 45 presos durante uma rebelião, Britto determinou estudos para desocupar a cadeia até 1998. Em 2006, Germano Rigotto (PMDB) listou projetos para criar vagas e desativar o presídio. Dois anos depois, Yeda Crusius (PSDB) anunciou que a decisão de implodir o Central estava tomada. Tarso renovou a promessa e deu início à desativação, mas deixará o Piratini sem conseguir concretizá-la completamente."</p>
	<p>"Apesar de não concluir a desativação do Presídio Central, o secretário estadual de Segurança Pública, Airton Michels, afirma que deixa o cargo satisfeito por ter encaminhado o processo."</p>
R.16.12.10h47	<p>"A construção e reforma de 21 penitenciárias no Rio Grande do Sul reduziu o déficit prisional, combatendo um grande foco de reincidência criminal. Desde 2011 foram criadas 2.870 novas vagas no regime fechado, o que permitiu atender uma demanda de 40 anos da comunidade de Porto Alegre: a desocupação e demolição do Presídio Central."</p>